

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissão
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 12/9/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Laura Serrano – Marília Campos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/8/2019

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BDL), membro da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Delegada Sheila e os deputados Guilherme da Cunha e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e,

em audiência pública, debater a segurança alimentar e nutricional na rede pública e privada de ensino. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 26/7/2019, ofício do Sr. Miguel da Silva Marques, superintendente regional de trens urbanos de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Patrícia Gentil, nutricionista do Idec – representante da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; Larissa Loures Mendes, professora do Departamento de Nutrição da UFMG, pesquisadora de Ambientes Alimentares; e os Srs Éldio Bonomo, presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG; Gabriel Leite Mendes, membro do Grupo de Trabalho sobre Regulamentação da Alimentação Saudável nas escolas da Secretaria de Estado de Educação; Bernardo Luiz Fornaciari Ramos, secretário de Estado Adjunto de Saúde, representando o secretário; Cícero Alves, presidente da Associação dos Carrinhos de Lanche – Ascave; Ricardo Augusto Amorim César, assessor jurídico do Procon de Minas Gerais, representando o coordenador. A presidente, deputada Laura Serrano, e o deputado Bartô, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a presidente passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2019.

Cássio Soares, presidente – André Quintão – Elismar Prado.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco, Glaycon Franco e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 459/2019 (Doorgal Andrada) e 2.553/2015 e 125/2019 (Fernando Pacheco), todos no 1º turno. Registra-se a saída do deputado Cássio Soares. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado requerimento do deputado Sargento Rodrigues para que o Projeto de Lei nº 1.072/2015 seja apreciado em primeiro lugar. O deputado Virgílio Guimarães retira a Proposta de Emenda nº 1 ao parecer do Projeto de Lei nº 1.072/2015 apresentada e recebida pelo presidente na reunião anterior. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.072/2015 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Fernando Pacheco) e 1.001/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doorgal Andrada). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Fernando Pacheco, que opina pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.862/2015 na forma do Substitutivo nº 2, o presidente defere o pedido de vista do deputado Virgílio Guimarães. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Laura Serrano – Fernando Pacheco – Glaycon Franco.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Delegada Sheila e os deputados Cássio Soares e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Tadeu Martins Leite, Neilando Pimenta, Gustavo Santana e Bartô. Havendo número regimental, a presidente, deputada Delegada Sheila, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o fechamento das três unidades do Sesc na Zona da Mata, tendo em vista o impacto social causado pela interrupção dos serviços do Sistema S no ensino, na cultura e no lazer. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.920 e 5.282/2018 (relator: deputado Antônio Jorge), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Eliane Moreira Aguiar, secretária de Cultura e Assistência Social de Teófilo Otôni; e os Srs. José Roberto Cajaíba de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Teófilo Otôni; Grijalva Duarte Júnior, diretor administrativo do Sesc; e Emerson Beloti de Souza, presidente do Sindicato do Comércio de Juiz de Fora. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Cássio Soares, presidente – Delegado Heli Grilo – Gustavo Mitre.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista e Betão (substituindo o deputado Doutor Jean Freire por indicação do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Delegada Sheila e o deputado Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a retomada do atendimento de urgência e emergência no Hospital João Penido de Juiz de Fora. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. José Carlos Lovantino, presidente da Câmara Municipal de Alto Caparaó (20/8/2019); Edésio Lourenço Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Passabém (22/8/2019); Rodrigo Souza Leite, presidente em exercício da Fundação Ezequiel Dias (23/8/2019); e Luiz Marcelo Cabral Tavares, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde (23/8/2019). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nºs 3.916 a 3.922/2019. É recebido pela presidência, submetido à votação e aprovado o seguinte requerimento:

nº 4.051/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições de atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – no Estado.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.966/2019, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o número de mamografias realizadas no Estado pelo SUS no período de 2010 a 2019;

nº 4.019/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater os problemas enfrentados pelos cidadãos no âmbito do tratamento fora de domicílio – TFD – nas hipóteses de óbito do usuário durante o tratamento;

nº 4.047/2019, do deputado Carlos Pimenta, em que requer sejam realizadas visitas aos hospitais regionais do Estado que se encontram com obras paralisadas, para as quais sejam convidados representantes técnicos da Secretaria de Estado de Saúde, dos municípios e do Conselho Estadual de Saúde;

nº 4.048/2019, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para o cumprimento da Lei nº 22.433, de 20/12/2016, que dispõe sobre o prazo para a realização de exames complementares necessários à confirmação da hipótese diagnóstica de neoplasia maligna, tendo em vista que muitos pacientes têm sido atendidos em estágios muito avançados da doença;

nº 4.049/2019, do deputado Doutor Wilson Batista, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a elaboração de um plano de ação com vistas a agilizar os processos do SUS no Estado relativos à realização dos exames necessários para o diagnóstico do câncer, conforme estabelece a Lei nº 22.433, de 20/12/2016;

nº 4.050/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que somente seja iniciado o processo de contratação de organizações sociais para gestão das unidades da rede Fhemig após discussão e aprovação pelo Conselho Estadual de Saúde.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana das Graças Côrtes Rossignoli, vereadora da Câmara Municipal de Juiz de Fora, representando o presidente; e os Srs. Gilson Lopes Soares, superintendente regional de Saúde de Juiz de Fora; Daniel Ortiz Miotto, diretor do Hospital João Penido; Rodrigo Coelho de Almeida, secretário Municipal Adjunto de Saúde de Juiz de Fora, representando o prefeito; e José Roberto da Silva, presidente da Comissão de Moradores da Região Nordeste. A presidência concede a palavra ao deputado Betão, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Doutor Wilson Batista, presidente – Professor Cleiton – Betão.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Ulysses Gomes e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Osvaldo Lopes. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é rejeitado o parecer pela rejeição, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.110/2015 (relator: deputado Guilherme da Cunha). O

presidente designa novo relator o deputado Ulysses Gomes. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº nº 3.928/2019. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.962/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Cássia, para debater a adoção de medidas que visem à recuperação da Represa Mascarenhas de Moraes, que se encontra com um dos níveis hídricos mais baixos de sua história;

nº 4.058/2019, dos deputados Ulysses Gomes e João Vítor Xavier, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em justificativa técnica da execução das obras emergenciais pela mineradora Vale no Município de Barão de Cocais, no Distrito de Macacos, em Nova Lima, e no Município de Brumadinho, em razão de denúncia apresentada em audiência pública da comissão de que essas obras não protegem nem os recursos hídricos nem as populações residentes nesses locais;

nº 4.059/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a antecipação do processo de renovação da concessão para distribuição com exclusividade de gás natural pela Gasmig no Estado;

nº 4.061/2019, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada visita à Expo & Congresso Brasileiro de Mineração – Exposibram – 2019, que ocorrerá no ExpoMinas de 9 a 12 de setembro, para conhecer a principal feira e congresso do setor mineral do Brasil;

nº 4.062/2019, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater as tarifas cobradas pelo abastecimento de água e a proporcionalidade desses valores em relação a coleta e tratamento de esgoto pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG;

nº 4.107/2019, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública para debater com representantes da Cemig os critérios utilizados pela empresa para seleção e aprovação de patrocínios culturais a projetos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Ulysses Gomes, presidente – Ione Pinheiro – Guilherme da Cunha.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bruno Engler, Charles Santos, Guilherme da Cunha e André Quintão, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.014/2019 (relatora: deputada Celise Laviola). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Zé Reis – Charles Santos – Leninha – Celise Laviola – Guilherme da Cunha.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Raul Belém, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições dos órgãos e entidades relacionadas à prevenção e ao combate a incêndios no Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos à votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.088/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao diretor do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais pedido de informações sobre os critérios ou requisitos técnicos para funcionamento adequado de criadouros de cães e gatos para comércio no Estado;

nº 4.089/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio ao Bob's Posto BR Fernão Dias, em Lavras, pela colocação de aviso pedindo aos clientes para não alimentarem os animais, sob a alegação de que eles tinham doenças e poderiam atacar as pessoas;

nº 4.090/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG – pedido de providências para que seja elaborado um modelo de edital estabelecendo critérios com vistas ao credenciamento de clínicas veterinárias para o desenvolvimento de programas de manejo populacional de cães e gatos no Estado;

nº 4.091/2019, dos deputados Noraldino Júnior e Osvaldo Lopes, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais - CRMV-MG pedido de providências para que seja elaborado um modelo de edital para contratação de médicos veterinários do coletivo nos municípios do Estado;

nº 4.092/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada visita ao Ministério Público do Estado para, junto com o Instituto Estadual de Florestas – IEF – e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, discutir soluções legais para a contratação de brigadistas temporários pelo IEF, tendo em vista a alegada inconstitucionalidade da Lei nº 18.185, de 2005, que, se reconhecida, impossibilitará a contratação temporária de brigadistas pelo IEF a partir de 2021.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marta Alves Larcher, coordenadora estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – CEHU-MPMG, representando a coordenadora da Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo – Caoma; Maria Dalce Ricas, superintendente executiva da Associação Mineira de Defesa do Ambiente – Amda; Polyana Faria Pereira, superintendente regional substituta do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Adriana Cristina Araújo, coordenadora do Movimento Mineiro pelos Direitos Animais – MMDA; e Flávia Quadros Campos Ferreira, médica veterinária especialista em Controle Populacional e Medicina do Coletivo, e os Srs. Germano Luiz Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Eduardo Machado de Faria Tavares, assessor político da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, representando o secretário; Wagner Donato Rodrigues, secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura de Contagem; Ten.-Cel. PM Marcone do Rosário Pereira,

comandante do Batalhão de Polícia de Meio Ambiente de Belo Horizonte; Maj. BM Rafael Neves Cosendey, subcomandante do Batalhão de Emergências Ambientais e Respostas a Desastres do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, representando o comandante desse batalhão; Antônio Augusto Melo Malard, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Cláudio Guimarães Costa, chefe de Divisão de Fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Betim, representando o secretário. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de setembro 2019.

Noraldino Junior, presidente – Osvaldo Lopes – Gustavo Santana.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel e Betão, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Leninha e os deputados Sávio Souza Cruz, João Leite, Bosco, Tito Torres, Cleitinho Azevedo, Professor Cleiton e Gustavo Mitre. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os desafios da engenharia no Estado, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia, da Infraestrutura, do Desenvolvimento e dos Profissionais do Setor. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Carmela Maria Polito Braga, professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, representando a reitora dessa universidade; e os Srs. Paulo Eduardo Rocha Brant, vice-governador do Estado, representando o governador; Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade; Paulo Roberto Lamac Júnior, vice-prefeito de Belo Horizonte, representando o prefeito; Joel Krüger, presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea; Lúcio Fernando Borges, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG; Everson de Alcântara Tardeli, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Minas Gerais; Emir Cadar Filho, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de Minas Gerais – Sicepot-MG; Geraldo Jardim Linhares Júnior, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais – Sinduscon; e Wilson Geraldo Sales da Silva, presidente da Feticom – MG. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente – André Quintão – Marília Campos.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019

Às 14h16min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BMTH, em virtude de vaga cedida) e os deputados João Leite, Gustavo Mitre e Betão (substituindo a deputada Marília Campos, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o

presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, publicado no Diário do Legislativo em 29/8/2019, e de *e-mail* da Sra. Renata Parreiras, vereadora de Brumadinho, convidando a comissão para participar, no dia 19/9/2019, às 18 horas, na Câmara Municipal de Brumadinho, de uma audiência pública para debater a volta do trem de passageiros no município. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.018/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a criação de um trem turístico entre Divinópolis e Bom Sucesso;

nº 4.082/2019, do deputado Inácio Franco, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Unaí para debater a retomada e o desenvolvimento do transporte ferroviário;

nº 4.104/2019, da deputada Rosângela Reis, e dos deputados João Leite e Betão, em que requerem seja realizada audiência pública no Município de Sarzedo para dar ciência aos municípios da região dos investimentos que serão feitos pela MRS Logística nesse município.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. O presidente convida a tomar assento à mesa o Sr. Sérgio Vitarelli, presidente do Circuito Turístico Serras de Minas. Ato contínuo, passa a palavra ao cidadão para sua exposição. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2019.

Roberto Andrade, presidente – Coronel Henrique – Professor Cleiton.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/9/2019

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.108/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater as ações da Prefeitura de Belo Horizonte contra as apresentações gratuitas do Samba da Feira Hippie da Avenida Afonso Pena e a suposta extinção de estacionamento destinado a ônibus de turistas que frequentam e visitam o local;

nº 4.109/2019, dos deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, em que requerem seja realizada visita à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais — Codemig — para discutir, com empreendedores do setor turístico, a situação atual do Minascentro e as possibilidades para reabertura desse espaço;

nº 4.110/2019, dos deputados Professor Irineu, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Gustavo Mitre e Virgílio Guimarães, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater o papel da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais — Codemig — e dos espaços administrados por essa empresa para o desenvolvimento do turismo no Estado;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2019.

Professor Irineu, presidente – Gustavo Valadares – Mauro Tramonte.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/9/2019

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Léo Portela, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Carlos Pimenta e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater supostas irregularidades existentes no quadro de pessoal e funcionamento operacional do Centro Socioeducativo de Governador Valadares. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda (3), subsecretário de articulação institucional da Secretaria de Estado de Governo (2 ofícios publicados em 29/8/2019 e 1 ofício publicado em 31/8/2019); senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal (31/8/2019); José Luiz Reis Júnior, subchefe de Arins do Polícia Militar de Minas Gerais (23/8/2019); e Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (29/8/2019). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.607/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.067/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada visita à Penitenciária Nelson Hungria, no Município de Contagem, para averiguar o possível comprometimento da estrutura física da unidade, notadamente das paredes das celas e da muralha ao redor da penitenciária, o que poderia propiciar, a qualquer tempo, um cenário de fuga em massa de presos;

nº 4.068/2019, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de informações, a propósito do programa Olho Vivo, sobre qual empresa faz o monitoramento das imagens; quantas câmeras estão instaladas no Município de Juiz de Fora; quantas câmeras estão funcionando; qual empresa realiza a manutenção das câmeras e com qual frequência a manutenção é realizada, enviando-se a esta Casa cópias do contrato assinado com a empresa de manutenção e os respectivos valores e do contrato assinado com a empresa que realiza o monitoramento das imagens;

nº 4.134/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a ocorrência de crimes violentos, como roubos, latrocínios e homicídios, que vitimam motoristas de aplicativos de transporte no Estado, cujos números, segundo o diretor da Associação de Motoristas Particulares, Carlos Virtuoso, são 9 a 10 roubos todos os dias, tendo acontecido, no início do ano, 3 latrocínios e 1 homicídio consumado, o que levou a Rádio Itatiaia, em 4/9/2019, a noticiar que a 99, uma das empresas que fornecem motoristas por aplicativo, começou a instalar câmeras de vigilância dentro de veículos em Belo Horizonte, ressaltando que o monitoramento ainda não é feito em Belo Horizonte, mas em São Paulo;

nº 4.135/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja adotada a mesma determinação de nomeação anunciada pelo governador do Estado no dia 22/8/2019, quanto aos servidores da Educação, para os candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos das carreiras de professor de educação

básica, especialista de educação básica e analista de gestão da Polícia Militar do quadro de pessoal civil da corporação, Edital Seplag-PMMG nº 6/2014;

nº 4.136/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para esclarecer denúncias encaminhadas pelo Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciários do Estado de Minas Gerais – Sindasp-MG – quanto à suposta ocorrência de assédio moral e condutas arbitrárias por parte dos Srs. José Maria dos Santos Malta, diretor-geral, Gilson Fernandes Reis, diretor adjunto, e Paulo José Gonçalves, assessor de Inteligência do presídio regional de Diamantina;

nº 4.137/2019, dos deputados Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues, Coronel Sandro, Léo Portela e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 412/2019, em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece a autonomia da Polícia Federal, e manifestar apoio à aprovação da referida proposta.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Eden Mattar, defensora pública, representando a coordenadora regional da Defensoria Pública de Minas Gerais no Vale do Rio Doce; e Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth, promotora de justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando o procurador-geral de Justiça; e os Srs. Fasani Lázaro Costa Bagetti, chefe de gabinete da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, representando o secretário; Diogo Judici Goveia, representante dos agentes de segurança sócioeducativo de Governador Valadares; e Alex Batista Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Coronel Sandro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O presidente também convida a tomar assento à mesa os denunciantes provenientes do Centro Socioeducativo de Governador Valadares: as Sras. Renata Oliveira Menezes Gonçalves, agente de segurança socioeducativa, Jaqueline Faria Ferreira, do setor administrativo; e os Srs. Deivson Marques dos Santos, Tiago Rodrigues da Silva, e Jefferson Peres Lopes, todos agentes socioeducativos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegado Heli Grilo – Professor Cleiton.

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/9/2019

Às 18h38min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Leninha, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Leninha, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a democratização da comunicação, tendo em vista o direito humano e fundamental do acesso à informação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Joana Tavares Pinto da Cunha, editora-chefe do jornal *Brasil de Fato*; Alessandra Cezar Mello, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais – SJPMG; Paula Silva, coordenadora estadual do Levante Popular da Juventude; Jô Moraes, ex-deputada federal; e Débora Ribeiro Sá Azevedo, integrante da direção estadual do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos; e os Srs. Frederico Santana Rick, integrante do Consulta Popular; Pablo Andrade Dias, coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, representando a direção nacional do movimento; Cristiano Meireles da Silva, membro da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –; e Jairo Nogueira Filho, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG. A presidência concede a palavra à deputada Beatriz Cerqueira, autora do requerimento que deu origem ao

debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Leninha, presidente – Andréia de Jesus – Elismar Prado.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/9/2019

Às 14h16min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Ione Pinheiro e o deputado Celinho Sintrocel (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Professor Irineu. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.221/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao delegado da Delegacia de Mulheres de Ibitiré pedido de informações sobre o número de casos registrados de estupro de vulneráveis e não vulneráveis nessa unidade prisional, de janeiro de 2019 até o momento;

nº 4.222/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de casos registrados de estupro de vulneráveis e não vulneráveis, de janeiro de 2019 até o momento, especificando-se os números por delegacia no Estado;

nº 4.223/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao delegado da Delegacia de Mulheres de Ibitiré pedido de informações sobre o número de casos de pedofilia e as ações de enfrentamento da violência sexual contra mulheres e crianças;

nº 4.224/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Ribeirão das Neves para debater a rede de enfrentamento da violência contra a mulher nesse município;

nº 4.225/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a rede de enfrentamento da violência contra a mulher do Município de Ribeirão das Neves;

nº 4.226/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Nova Lima pedido de providências para implementar, de maneira específica, ações direcionadas à conscientização de agressores que pratiquem atos de violência contra as mulheres;

nº 4.228/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para designar uma delegada de Polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Nova Lima, que, atualmente, se encontra sem delegada titular;

nº 4.230/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a alteração de funcionamento do presídio de Vespasiano que concentrou a população carcerária feminina;

nº 4.231/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Vespasiano pedido de providências para a criação de um centro de referência da mulher no município com vistas a acolher as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

nº 4.232/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Vespasiano pedido de providências para a criação de um grupo de Alcoólicos Anônimos no Bairro Morro Alto;

nº 4.233/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao presídio feminino de Vespasiano, nesse município, para verificar as condições de encarceramento das detentas;

nº 4.235/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o funcionamento do serviço do Disque Denúncia 181, tendo em vista denúncia de seu funcionamento deficiente, apresentada em visita da comissão à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher de Vespasiano, em 29/8/2019.

Em seguida, são aprovados os relatórios das seguintes visitas: ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, realizada em 29/5/2019; à Delegacia de Mulheres de Betim, realizada em 4/7/2019 e à Delegacia de Mulheres de Contagem, realizada em 1º/7/2019, que seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2019.

Marília Campos, presidente – Andréia de Jesus – Celise Laviola.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local visitado: Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 729/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 29/5/2019, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – para avaliar alternativas para o compartilhamento eletrônico de informações dos procedimentos previstos na Lei Maria da Penha, como pedidos e decisões de medidas protetivas urgentes, entre os órgãos de segurança pública e do sistema de justiça, nos moldes do que já ocorre, atualmente, com as informações relativas ao cumprimento de pena no Sistema Eletrônico de Execução Unificada – Seeu.

Participaram da visita as deputadas Marília Campos e Andreia de Jesus, acompanhadas do Sr. Nelson Missias, presidente do TJMG; da Sra. Alice Birchal, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG; dos Srs. Delvan Barcelos Júnior e Pedro Aleixo Neto, juizes de direito auxiliares da Presidência do TJMG; e das Sras. Carla Cristina Oliveira Santos Vidal, delegada de polícia chefe do Departamento de Orientação e Proteção à Família da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, representando o chefe da PCMG; Kiria Silva Orlandi, delegada de polícia titular da Delegacia de Atendimento de Mulheres de Diamantina; Patrícia Habkoux, integrante da 18ª Promotoria de Justiça Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG; Fernanda Costa de Vasconcelos Martins, secretária da Comissão da Mulher da Subseção de Contagem da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais – OAB-MG –, representando a presidente da subseção; Geralda Aparecida Nogueira, superintendente de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de Contagem; Erlinda Maria Silva, presidente da Subseção de Betim da OAB-MG; Elza Aguiar, vereadora do Município de Betim; Daphinne Nogueira, presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da Subseção de Contagem da OAB-MG; e Maria Izabel Ramos, coordenadora da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Relato

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, desembargador Nelson Missias, a desembargadora Alice Birchall, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG, e os juízes de direito auxiliares da Presidência do TJMG, Delvan Barcelos Júnior e Pedro Aleixo Neto receberam a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na sala de reuniões da Presidência do TJMG.

A deputada Marília Campos esclareceu que a visita se destinava a avaliar alternativas para o compartilhamento eletrônico de informações dos procedimentos previstos na Lei Maria da Penha, como pedidos e decisões de medidas protetivas urgentes, entre os órgãos estaduais de segurança pública e do sistema de justiça, nos moldes do que já ocorre, atualmente, com as informações referentes ao cumprimento de pena no Sistema Eletrônico de Execução Unificada – Seeu. A parlamentar pontuou que um projeto-piloto, denominado Sistema Penha, criado pela delegada de polícia titular da Delegacia de Atendimento de Mulheres de Diamantina, Kiria Silva Orlandi, já está em funcionamento no citado município e ponderou que essa iniciativa poderia se expandir para todo o Estado. A deputada aproveitou a oportunidade para agradecer ao presidente do TJMG a inauguração, que ocorrerá no próximo dia 6/6/2019, da vara especializada em violência doméstica contra a mulher na Comarca de Contagem.

A delegada de Polícia titular da Delegacia de Atendimento de Mulheres de Diamantina, Kiria Silva Orlandi, apresentou aos presentes o Sistema Penha, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM – com o objetivo de sanar um problema existente nos processos relacionados à Lei Maria da Penha: o registro exclusivamente manual das decisões judiciais que concedem ou extinguem medidas protetivas. Segundo ela, atualmente, se a mulher vítima de violência doméstica possuir uma medida protetiva deferida pelo Poder Judiciário e acionar a Polícia Militar para relatar algum descumprimento, é necessário apresentar às autoridades uma cópia física do documento para comprovar que o agressor está descumprindo a decisão judicial. Assim, o sistema informatizado permitiria às autoridades policiais verificar a validade da decisão judicial no momento do atendimento da ocorrência, dispensando a necessidade de apresentação da cópia física e evitando que as autoridades sejam induzidas a erro: seja deixando de prender o agressor porque a mulher não apresentou cópia da decisão judicial, seja prendendo o agressor com base em decisão já revogada.

Diante disso, a delegada esclareceu que resolveu tomar a iniciativa de criar um banco de dados eletrônico com todas as medidas protetivas de urgência que estão válidas na Comarca de Diamantina, para que as autoridades policiais possam consultá-las eletronicamente e, assim, confirmar a validade da decisão judicial em tempo real.

O desembargador presidente do TJMG, Nelson Missias, relatou, primeiramente, que a criação da vara especializada na Comarca de Contagem derivou de uma visita da Comissão Extraordinária das Mulheres ao TJMG em 2018, na qual lhe foram apresentados os altos índices de violência contra a mulher no citado município, o que o impactou bastante. Acerca do sistema eletrônico para armazenamento de informações relativas às medidas protetivas, o presidente acatou prontamente a sugestão e ressaltou que um sistema eletrônico que já existe no TJMG pode ser aperfeiçoado para que nele constem também as medidas protetivas em vigor, o que exigirá que as forças de segurança tenham acesso a esse sistema, para que possam realizar consultas. Por fim, o presidente estabeleceu que o TJMG e a Polícia Civil de Diamantina trocarão informações e marcou uma reunião, em 20 dias, para verificar o andamento dos trabalhos.

As deputadas Marília Campos e Andreia de Jesus agradeceram a postura do presidente do TJMG em atender prontamente a demanda e de já tomar a iniciativa de troca de informações entre o Tribunal e a Polícia Civil de Diamantina para a implantação de um sistema eletrônico que abranja todo o Estado.

Conclusão

Ao final da visita, cujo objetivo foi avaliar alternativas para o compartilhamento eletrônico de informações dos procedimentos previstos na Lei Maria da Penha entre os órgãos estaduais de segurança pública e os do sistema de justiça, os membros

da comissão entenderam que a decisão do TJMG de acatar prontamente a proposta do Sistema Penha, apresentada pela delegada de polícia Kiria Silva Orlandi, em muito contribuirá para garantir maior segurança para as mulheres vítimas de violência doméstica no Estado.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Marília Campos, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local visitado: Delegacia de Mulheres de Betim

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 1.675/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher esteve, em 4/7/2019, na Delegacia de Mulheres de Betim, localizada na Rua Cecília Júlia do Prado, 255, no Centro, para conhecer sua estrutura e funcionamento.

A visita contou com a participação da autora do requerimento, deputada Marília Campos, presidente da comissão, tendo sido acompanhada por Ariadne Elloise Coelho, delegada da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – em Betim; Spencer dos Santos Ferreira Junior, titular da 3ª Promotoria Criminal de Betim do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG; Fabiane Patrícia Quintela, secretária municipal de Assistência Social de Betim; Patricia Sampaio Gouveia, referência de Apoio Técnico-Metodológico na Temática da Mulher da Secretaria Municipal de Assistência Social – Semas – e do Centro de Referência de Atendimento às Mulheres – Cream – de Betim; Eliana Dias Rocha, coordenadora da Proteção Social Especial da Semas de Betim; Claudete de Freitas Guimarães, servidora da Semas e do Cream e coordenadora e presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Sd. PM Félix e Sd. PM Suellen, da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – do 66º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Marcelo Soares de Sousa, guarda municipal de Betim; Erlinda Maria Silva, presidente da Ordem dos Advogados de Brasil de Minas Gerais – OAB-MG –, Subseção Betim; Ana Paula Souza Silva, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-MG, Subseção Betim, e conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Soraia Lopes, vice-presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-MG, Subseção Betim, e conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Juliana dos Santos Gomes, presidente da comissão OAB Vai à Escola – Direito na Escola e membro da Comissão da Mulher Advogada da OAB-MG, Subseção Betim; Fátima Maria Malta, membro da Comissão da Mulher Advogada da OAB-MG, Subseção Betim; Elzilene Ambrosio de Aguiar Ferreira e Luciene Maria Ferreira, vereadoras da Câmara Municipal de Betim; Sinara Cristina Souza Ferreira e Rubenilde Evangelista de Souza, assessoras do vereador Daniel Costa, da Câmara Municipal de Betim; Larissa Maia Campos Salles, delegada da PCMG e assessora adjunta da Presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG; Bernadete Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Janaína Silva Melo, assessora da deputada Ana Paula Siqueira; Daysilene Mendes Reis, da Associação de Proteção e Defesa das Águas de Vargem das Flores – Aprovagem –, de Betim; Leila Alves Xavier Catarina, do Partido Socialismo e Liberdade – Psol.

Relato

A deputada Marília Campos ressaltou a relevância de se ter a comissão que preside como uma comissão permanente na ALMG, o que significa uma grande conquista recente no Parlamento Mineiro. Mencionou o aumento do número de feminicídios em Minas Gerais no primeiro trimestre deste ano e a existência de somente 61 delegacias da PCMG especializadas em atendimento à mulher, destas apenas 56 em funcionamento no momento. Esclareceu que a intenção das visitas técnicas que a comissão vem realizando a algumas dessas estruturas é conhecer seu funcionamento e as condições de trabalho e de atendimento às mulheres vítimas

de violência de gênero, de modo a averiguar as deficiências e apresentá-las ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, com quem tem reunião agendada para o próximo dia 15 com o intuito de compor um grupo de trabalho com foco nas Deams. Informou que, agora com as atividades do Assembleia Fiscaliza, instituído pela Emenda à Constituição n° 99, de 2019¹, pretende ter esse tema como central na próxima rodada, prevista para outubro de 2019.

A delegada Ariadne Elloise Coelho, da Deam de Betim, em resposta à deputada Marília Campos, confirmou que naquele prédio funcionam a Deam e a Delegacia da PCMG de Trânsito de Betim e que há escassez de servidores: ela mesma cumula a titularidade de ambas desde janeiro de 2018, e a Deam conta apenas com uma escrivã e sete investigadores. Disse considerar que os números ideais seriam pelo menos os apontados em cartilha do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de 2014, levando-se em conta a população do município (cerca de 450 mil habitantes): três delegados, com seis escrivães e 25 investigadores. No entanto, asseverou que sempre houve deficiência e que a situação hoje é melhor do que há cerca de dois anos, pois naquela época havia um acúmulo de inquéritos devido à vacância da titularidade da Deam. Ainda assim, a sensação de impunidade manifesta por algumas mulheres que procuram a Deam é justificada, pois não há como abarcar toda a demanda e não é incomum haver prescrição de alguns casos. Hoje, informou a delegada, são atendidas por dia, em média, de 10 a 20 mulheres em situação de violência doméstica e familiar, além de casos de estupro, inclusive de crianças, e de agressões a idosos. E numa estrutura física que também deixa a desejar: prédio com escadas e etapas dos procedimentos para registro completo dessas ocorrências em diferentes andares; necessidade de as vítimas passarem por corredores e permanecerem em locais onde estão sendo prestados serviços da delegacia de trânsito, em situação constrangedora; inexistência de cortinas e mobiliário deficitário nas salas; falta de impressoras e equipamentos, entre outras. Questionada pela deputada Marília Campos, confirmou que o ideal seria a Deam estar instalada numa casa, sem escadas e de fácil acesso, e separada de outras delegacias, mas desde que com equipe compatível com a demanda.

A delegada ressaltou que conta sobretudo com a disposição e o empenho de sua equipe de servidores, que fazem o “humanamente quase impossível”, além do apoio do Executivo municipal, do MPMG, da Defensoria Pública, da PMMG, da Guarda Municipal, da OAB-MG – Subseção Betim e da Rede Integrada de Atenção à Mulher de Betim. Destacou a relevância do trabalho de busca ativa que vem sendo realizado pela Seam e pelo Cream, tendo em vista a condição de dependência afetiva e financeira e a situação de submissão das mulheres vitimadas pela violência de gênero, por vezes vivenciando uma espécie de “naturalização” de agressões que dura dez, quinze anos, ou mais, não raramente isso se reproduzindo como também “natural” para filhos e filhas. Nesse sentido, a delegada apontou ter havido uma queda no número de medidas protetivas concedidas entre 2017 e 2018, o que revela uma evolução nesse ciclo, que ela qualificou de complexo e sério, apesar de muitas vezes ser menosprezado por quem desconhece sua gravidade. Falou também da diferença entre Contagem, onde há dados específicos sobre a violência contra a mulher em razão de gênero (os quais apontam o município como o primeiro nesse *ranking*), e Betim, onde há índices altíssimos de violência, porém sem essa categoria ou detalhamento, prejudicando a concepção de políticas públicas locais destinadas ao tema. Nesse sentido, explicou que: os dados relativos à violência doméstica e familiar, em Betim, baseiam-se apenas no Registro de Evento de Defesa Social – Reds –, portanto são inconsistentes e estão aquém da realidade, pois pode não haver a devida identificação no momento da anotação da ocorrência e, sendo registrados como lesão corporal, são encaminhados para outra delegacia, e não para a Deam; como não há vara de violência doméstica e familiar contra a mulher no município, esses casos (incluindo os pedidos liminares de medida protetiva) são recebidos, analisados e decididos pela 2ª Vara, onde não há especialização.

A deputada Marília Campos comentou sobre a subnotificação, em geral, dos casos desse tipo de violência, sendo muitos deles tratados como uma agressão física qualquer, prejudicando a visibilidade do problema e seu real dimensionamento, o que impacta negativamente o fortalecimento das políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento. Daí a necessidade de empenho na obtenção de dados concretos, inclusive no sentido de conscientizar as pessoas sobre a proporção da existência da violência doméstica e familiar, que é subestimada até mesmo por parlamentares mineiros que são da área da segurança pública. A deputada também comentou sobre a situação de Contagem, onde esteve recentemente em vista da comissão à Deam local e onde a rede de enfrentamento à violência

contra as mulheres está mais bem articulada e estruturada, incluindo uma vara especializada. Informou que seria realizada uma audiência pública na ALMG no dia seguinte com a finalidade de debater essa rede de Contagem e se prontificou a levar esse mesmo debate sobre Betim para o parlamento mineiro, mediante apresentação de requerimento para a realização de uma audiência pública com esse fim.

A vereadora Elzilene também manifestou sua preocupação com a inexistência de dados concretos sobre a violência doméstica em Betim e elogiou o trabalho da Rede Integrada de Atenção à Mulher e do Cream, no último ano e meio, além de agradecer o apoio da OAB-MG – Subseção Betim e da comissão. Já a vereadora Luciene reiterou a necessidade de uma melhor atenção a Betim, em face dos altos índices de violência e do porte do município.

Fabiane Patrícia Quintela, secretária municipal de Assistência Social, relatou o trabalho de busca ativa da Seam nas dez regionais de Betim, mencionando a dificuldade enfrentada, em alguns casos, para que as mulheres aceitem o atendimento e rompam o ciclo de violência. Contou que o Consórcio Mulheres das Gerais impulsionou esse trabalho, dando suporte para uma assistência mais qualificada nesse momento tão delicado. Informou ainda não dispor de dados concretos sobre resultados, mas disse que o Cream já atendeu cerca de 800 mulheres em pouco mais de um ano de trabalho, número que surpreendeu e revelou a existência de uma demanda reprimida. Questionada pela deputada Marília Campos sobre uma abordagem mais preventiva, com políticas públicas que propiciem a autonomia das mulheres, falou sobre iniciativas que buscam ajudar na geração de renda, em parceria com outras instâncias. Disse acreditar que a dependência econômica constitui uma das maiores dificuldades a ser enfrentada, inclusive por uma questão cultural das próprias mulheres vitimadas pela violência doméstica, que, por vezes, resistem a uma mudança relacionada à independência e à igualdade. Mas afirmou que há também mulheres dispostas a mudar, daí a importância de uma atuação para além do momento emergencial e de um trabalho que não seja pontual, mas que contemple todas as formas de violência e acompanhe todo o processo. Concordou ser relevante a existência de uma vara especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher no município, pois os dados existentes, ainda que inconsistentes, já assustam, e também para atender a todo o médio Paraopeba, pois Betim é cidade-polo da região. Elogiou ainda o fortalecimento e a articulação da Rede Integrada de Atenção à Mulher, ressaltando, entretanto, ainda lhe faltar melhor estrutura.

A deputada Marília Campos citou lei recentemente sancionada em Belo Horizonte, voltada para a inclusão das mulheres em situação de violência entre os beneficiários preferenciais dos programas habitacionais do município¹, sugerindo que, em Betim, seja adotada política semelhante, mediante apresentação de projeto de lei pelas vereadoras presentes. Disse também estar aprendendo muito nas recentes visitas realizadas pela comissão às Deams, e mencionou dado verificado em Contagem relativo à reincidência, que é muito alto, revelando a importância de se trabalhar também com o agressor, a exemplo da proposta do projeto Dialogar³.

Quanto a esses pontos, as presentes comentaram já haver, em Betim: algumas políticas, no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social – Cras –, que privilegiam mulheres em situação de violência doméstica e familiar; projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal relacionados a agressores e à concessão de auxílio-aluguel a mulheres vítimas de violência doméstica; abordagem ao agressor com vistas a reduzir a reincidência no escopo do programa Central de Penas Alternativas – Ceapa –, em parceria com o MPMG.

Ana Paula Souza Silva, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-MG – Subseção Betim, e conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, fez referência ao projeto Tem Saída, da cidade de São Paulo, como exemplo de política pública focada na promoção da autonomia financeira e na empregabilidade da mulher em situação de violência doméstica e familiar que poderia servir de exemplo para Betim, pois o município é polo industrial.

Spencer dos Santos Ferreira Junior, titular da 3ª Promotoria Criminal de Betim do MPMG, esclareceu estar no cargo há cerca de quatro anos. Contou que a Rede Integrada de Atenção à Mulher estava então desarticulada, mas dois anos e meio atrás ela foi reformulada e, desde então, vem se reestruturando e se fortalecendo. Apesar de ainda carecer de mais estrutura e de recursos humanos,

o fluxo de informação é eficaz, inclusive por meio de grupo de WhatsApp, há reuniões frequentes, por células, e diversas instâncias estão ativamente envolvidas: além do MPMG, Semas, Secretaria Municipal de Saúde, OAB-MG – Subseção Betim, PMMG, PCMG, Guarda Municipal, Defensoria Pública (esta, porém, sem a especialização do Núcleo Especializado na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência – Nudem). Avaliou que a visita da comissão, com tantas as pessoas ali presentes, sinalizava a relevância da sociedade civil nesse processo e que Betim estava hoje à frente de muitos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Esclareceu que o Cream funciona dentro da Delegacia, recepcionando as mulheres que ali chegam, propiciando um melhor acolhimento e também favorecendo a coleta de dados. Asseverou haver déficit no efetivo da PCMG em Betim, além de estruturação incompatível com o porte do município, seus índices de violência e sua condição de capital do médio Paraopeba. Em sua avaliação, o funcionamento da Deam junto com a Delegacia de Trânsito desestimula a ida das mulheres em situação de violência doméstica até lá. Além disso, esclareceu que a ausência de um titular especializado na Deam impacta o levantamento dos dados específicos sobre violência contra a mulher, porque fica a cargo da Delegacia de Homicídios (onde hoje também há déficit de titulares) definir se houve feminicídio ou não. Nesse sentido, solicitou empenho no melhor aparelhamento da Polícia Civil no município, com mais recursos humanos e melhores condições físicas e operacionais e mencionou o ajuizamento de ação civil pública, pelo MPMG, pedindo que o Estado adote as medidas administrativas e orçamentárias cabíveis a fim de equilibrar o quadro de recursos humanos da PCMG com as demandas relacionadas à prática de violência contra as mulheres no município.

Outra solicitação apresentada pelo promotor foi a criação de uma vara minimamente especializada em violência doméstica e familiar em Betim, pois hoje há apenas duas varas nessa comarca e a segunda recebe esses casos, na proporção de quatro casos de violência contra a mulher para um caso relativo a outros delitos. Em sua opinião, a inexistência de especialização significa que os profissionais não têm afinidade, identidade nem conhecimento específico em relação ao tema, inclusive o juiz. Não sendo possível uma vara especializada, sugeriu que a 2ª Vara seja exclusiva para violência doméstica junto com o júri, e que essa providência seja tomada o quanto antes, pois há vacância na titularidade dessa vara e quem vier a se candidatar a ela poderia ser alguém comprometido com o tema. Ainda na avaliação do promotor, caso o Tribunal de Justiça faça essa mudança, a tendência é o MPMG agir no mesmo sentido, instituindo uma promotoria especializada na comarca, assim como o Executivo, estruturando melhor a assistência prestada às mulheres em situação de violência doméstica e familiar e o enfrentamento desse problema e propiciando, inclusive, mais possibilidades para ações na esfera extrajudicial.

Erlinda Maria Silva, presidente da OAB-MG – Subseção Betim, disse ter havido retrocesso, pois antes a Deam estava localizada em uma casa, em espaço não compartilhado com outra delegacia e mais bem estruturado para receber as mulheres, inclusive com a presença do Nudem. Em resposta a pergunta de Bernadete Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira, Erlinda esclareceu que o Nudem está hoje desativado e, aí, as demandas relacionadas a violência contra a mulher têm sido atendidas junto com as demais da Defensoria Pública. Apoiou o pedido por uma vara especializada em violência doméstica em Betim e enfatizou a importância da união de esforços a fim de fortalecer a Rede Integrada e seu trabalho. Mencionou a dificuldade da inclusão da OAB no Protocolo de Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Doméstica, construído pela Rede Integrada, e recebeu a sugestão de que possa ser ofertada orientação jurídica às mulheres em situação de violência que necessitarem. Falou da expectativa depositada na presença da comissão e da necessidade de um banco de dados que de fato reflita a realidade, pois, em sua avaliação, a violência em Betim tem crescido. Nesse sentido, a deputada Marília Campos sugeriu que a Rede Integrada passe a discutir a melhor maneira de realizar e implementar a coleta de dados sobre mulheres em situação de violência no município, haja vista a grande importância desse tipo de informação para a alocação de recursos e a estruturação de políticas públicas.

O Sd. PM Félix relatou que ele e a Sd. PM Suellen atuam em conjunto com o Cream, com o Cras e com o MPMG, esclarecendo que a PPVD foi instituída em Betim, no 66º Batalhão da PMMG, em 1º de junho deste ano.

Patricia Sampaio Gouveia, referência de Apoio Técnico-Metodológico na Temática da Mulher da Semas e do Cream, esclareceu que o Protocolo de Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Doméstica já estava sendo articulado há dois anos, quando ela assumiu seu atual cargo, avaliando que a OAB não estava tão envolvida nesse processo, mas pode, no momento, atuar na prestação de assessoramento jurídico às mulheres em situação de violência, estabelecendo uma pessoa de referência, assim como ela o é no Cream. Contou que acompanham as mulheres em situação de violência em todo o percurso do atendimento, e muitas relatam a sensação de impunidade dos agressores. Asseverou que a prevenção tem sido um ponto fundamental de atuação do Cream, com ótimos resultados, inclusive o acionamento do Cras em certos casos, pelas próprias mulheres em situação de violência. Mencionou, ainda, a existência de comissões que implementam ações preventivas junto com a PMMG e outros membros da Rede Integrada, sendo que o Cream participa com equipe multidisciplinar composta por psicólogos, educadores e assistentes sociais. Mesmo reconhecendo a inexistência de dados específicos sobre a violência doméstica e familiar em meio aos altos índices de violência no município, informou que a comissão parlamentar mista de inquérito realizada pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, trouxe, em seu relatório final datado de junho de 2013, números sobre Betim, os quais constituem uma referência de diagnóstico, assim como os da publicação Mapa da Violência.

Janaína Silva Melo, assessora da deputada Ana Paula Siqueira, mencionou que o gabinete tem sido procurado por mulheres que não sabem onde buscar ajuda e assistência em situações de violência, o que demonstra a necessidade de algum tipo de divulgação. A esse respeito, a deputada Marília Campos sugeriu que a Rede Integrada reflita sobre a questão e pense na possibilidade da elaboração de uma cartilha ou boletim de divulgação, a exemplo do que se faz em Contagem.

Larissa Maia Campos Salles, delegada da PCMG e assessora adjunta da Presidência da ALMG, mencionou haver um déficit de 47% nos recursos humanos da PCMG no Estado, conforme divulgado nas atividades do Assembleia Fiscaliza, situação configurada ao longo dos últimos anos. Citou o recente anúncio, pelo Poder Executivo, da nomeação de 425 investigadores de polícia, excedentes de concurso realizado em 2014, além de haver delegados e escrivães hoje no curso de formação na Acadepol, sugerindo uma atuação no sentido de cobrar nomeações para suprir a carência de Betim.

Ao abordar novamente a questão da subnotificação dos casos de violência doméstica e familiar no município, inclusive os que resultam em tentativa de feminicídio e em feminicídio consumado, a presidente da comissão apoiou a demanda por um titular especializado para a Deam e reiterou a necessidade de se trabalhar na construção de indicadores específicos sobre Betim, a fim de subsidiar solicitações aos órgãos envolvidos na abordagem dessa temática. Segundo ela, é fundamental ter-se um banco de dados preciso sobre os crimes contra a mulher no município, a fim dar visibilidade a esse cenário de violência.

A parlamentar mencionou também duas iniciativas que considera relevantes: a instituição do Dia Estadual de Combate ao Feminicídio⁴ e o projeto de se realizar um concurso de redação nas escolas públicas estaduais sobre o assunto, hoje em discussão com a Secretaria Estadual de Educação. Disse acreditar que ambas dão visibilidade ao problema e mobilizam as pessoas, em especial os jovens, resultando em conscientização e surtindo efeito também como prevenção, ao abrirem espaço para a reflexão sobre a naturalização do ciclo de violência contra a mulher. Por essas razões, sugeriu que se promova iniciativa semelhante ao concurso de redação nas escolas públicas municipais de Betim.

Ao final, a deputada Marília Campos se disponibilizou, no escopo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e em parceria com as deputadas ali representadas por meio de suas assessoras, a promover as articulações necessárias para a divulgação da situação de Betim, inclusive as conquistas e os avanços da Rede Integrada, bem como para buscar a melhoria das condições e estruturas no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher em razão de gênero, aí incluídas políticas de prevenção. Nesse sentido, confirmou que apresentaria requerimento para a realização de uma audiência, na ALMG, com a finalidade de debater a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Betim.

Conclusão

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher cumpriu a finalidade da visita, pois conheceu a estrutura e o funcionamento da Delegacia de Mulheres de Betim. Em sua decorrência, será apresentado requerimento solicitando a realização de audiência pública, na ALMG, para debater a rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Betim.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Marília Campos, relatora.

¹ Altera o art. 54 da Constituição do Estado de Minas Gerais, estabelecendo a obrigação de que os secretários de Estado prestem contas quadrimestralmente de seus atos à ALMG ou sempre que forem convocados. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=EMC&num=99&comp=&ano=2019>>. Acesso em: 4 jul. 2019.

² Lei nº 11.166, de 25/4/2019, que altera a Lei nº 7.597, de 1998, que “dispõe sobre assentamento de famílias no município e dá outras providências”.

³ Implantado pela PCMG em 2010, visa reduzir a reincidência dos agressores nos casos de violência doméstica, por meio do diálogo com casais em dez encontros reflexivos, separadamente entre os cônjuges, conduzidos por policiais, psicólogos, assistentes sociais e voluntários da comunidade, a fim de prevenir futuras discussões e brigas, com abordagem de temas como o ciclo da violência, comunicação não violenta e a Lei Maria da Penha. Os agressores são encaminhados para o projeto Dialogar por despacho judicial como parte do cumprimento da medida protetiva.

⁴ Lei nº 23.144, de 14/12/2018.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local visitado: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Contagem

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 166/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 1º/7/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Contagem para conhecer sua estrutura e seu funcionamento.

Participaram da visita a deputada Marília Campos e o deputado Professor Irineu. A visita foi acompanhada por Mellina Isabel Silva Clemente, delegada da Delegacia de Mulheres de Contagem; Laise Aparecida Rodrigues, delegada titular da Delegacia de Mulheres de Contagem; Filipe da Silva, assistente social da Delegacia de Mulheres de Contagem; Frederico José Grossi, delegado regional de Contagem; Rodrigo Macedo de Bustamante, chefe do 2º Departamento de Polícia Civil; Andreza Rafaela Abreu Gomes, subsecretária de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade; Deborah Goulart Tavares, promotora da Vara da Violência Doméstica de Contagem; Ricardo Jorge Hyodo, escrivão do TJMG; Geralda Aparecida Nogueira, superintendente de Políticas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Contagem; Luzia Ferreira, secretária de Desenvolvimento Social de Contagem; Rita de Cassia Marques Diniz, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção Contagem; Jaqueline Abreu, membro do Conselho da Mulher; Glória de Fátima Lopes Pena, vereadora da Câmara Municipal de Contagem; Ana Carolina Ferreira Magalhães, 2º-Ten. da Polícia Militar de Minas Gerais; Sílvia da Cruz Messias, vereadora da Câmara Municipal de Contagem; Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; Ronan de Oliveira Rocha, juiz da Vara de Violência Doméstica de Contagem; Ana Cláudia Braga Arêas Pinheiro Pinto, defensora pública titular do Núcleo Especializado na Defesa da Mulher em Situação de Violência – Nudem – da Defensoria Pública de Minas Gerais; Margarete Leite, presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB

Contagem; Vanda Gomes da Silva, membro do Conselho da Mulher; Andrea Aparecida Tomaz, vice-presidente do Conselho da Mulher; Emília Niria, advogada; Adélia Batista de Melo, membro do Coletivo Mulheres em Luta; Milena Cafuri; Julia Prado Pinho, estagiária do Nudem da Defensoria Pública; Terezinha de Souza; Maria do Carmo Freitas Cota, membro da Paróquia Jesus Operário; Cristiani Rodrigues, membro da Associação ABC Laguna; Eva Ramalho dos Santos, membro da Associação ABC Novo Progresso; Paula Reis, da Superintendência de Política para Mulheres; Deniza Pereira Araujo, membro do Conselho da Mulher; Maria José Roberto Pereira, presidente do Conselho Municipal da Mulher de Contagem; Sallua Mattar, membro do espaço Bem-me-Quero; Aparecida Isabel Ferreira, membro do Conselho da Mulher; Aparecida Pereira Damasceno, membro do grupo de Defesa da Mulher; Célia Gonçalves Botelho, assessora da vereadora Glória; Gabrielle Sales, assessora da vereadora Glória; Wanderson, assessor da vereadora Silvia; Daniela Cristiane Simão, da Vara da Violência Doméstica de Contagem; Gabriel Lucas da Silva Pereira, membro do Conselho da Mulher; Angela Roldão; José Alfredo da Silva, assessor do deputado Prof. Irineu; Bernadete Esperança, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Douglas Estevão de Miranda e Daniela Tiffany P. Carvalho, assessores da deputada Marília Campos.

Relato

A deputada Marília Campos esclareceu aos presentes que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. A parlamentar explicou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher elegeu como pauta principal, neste ano, a luta contra o feminicídio, e que as visitas às delegacias de mulheres da região metropolitana fazem parte das várias ações que estão sendo realizadas.

As visitas têm por finalidade verificar o funcionamento dos equipamentos, bem como políticas e ações que podem ser implementadas com vistas a contribuir para a redução dos casos de feminicídio. A deputada destacou que Contagem é o município que registra maior número de feminicídios no Estado, apesar de contar com uma rede de enfrentamento da violência contra a mulher.

Para a delegada Mellina Isabel Silva Clemente, a rede de enfrentamento da violência contra a mulher em Contagem está cada vez mais forte, e o trabalho em equipe é de extrema importância. Relatou que a estrutura física e o dimensionamento de pessoal são insuficientes para a situação local – Contagem ocupa o segundo lugar no índice de violência doméstica no Estado. Entretanto, um ponto positivo, segundo Mellina Clemente, é que a delegacia de Contagem dispõe de assistente social na equipe (única delegacia no Estado a contar com esse serviço, que é essencial para o acolhimento das vítimas). Além da assistente social, a equipe é composta por duas delegadas, duas escrivãs e nove investigadores. Mellina relatou também que até junho deste ano a delegacia já havia atendido cerca de 5.000 mulheres, número elevado para a reduzida equipe, o que prejudica a eficiência do trabalho: as medidas protetivas, por exemplo, têm levado cerca de dois meses para serem requeridas, mesmo após parceria firmada com o Núcleo Especializado na Defesa da Mulher em Situação de Violência – Nudem – da Defensoria Pública de Minas Gerais. A delegacia atende também crimes sexuais e, no mês de junho, foram realizados 17 atendimentos desses casos, um número expressivo, que evidencia a necessidade de um cartório – com uma delegada e uma escrivã – específico para esse atendimento.

A delegada Laise Aparecida Rodrigues ratificou a escassez de servidores. Há mais de 3.000 inquéritos abertos e todo mês são instaurados, no mínimo, mais 50. Também são realizados atendimentos de crianças, o que aumenta a demanda da delegacia. Para Laise Rodrigues, seriam necessários, pelo menos, mais uma delegada, uma escrivã e três investigadores para atendimento exclusivo das medidas protetivas e de crimes sexuais. O Município de Belo Horizonte já tem delegacia especializada e Contagem não, apesar do alto índice de violência contra mulher e do feminicídio. A delegada frisou que, infelizmente, o registro da ocorrência policial não significa investigação e que a falta de servidores reduz a qualidade do serviço prestado. Além disso, ressaltou a estrutura precária da delegacia, que carece de viaturas descaracterizadas para que se proceda às investigações e de materiais de escritório, como computadores. Ressaltou ainda a necessidade de estruturação da Polícia Civil para que o inquérito possa ser devidamente encaminhado. Por fim, solicitou atenção especial para as delegacias de mulheres.

Ao ser questionada pela deputada Marília Campos sobre o motivo de o Município de Contagem ser tão afetado pela violência contra a mulher, mesmo dispondo de rede de enfrentamento do problema, Laise Rodrigues declarou que a falta de conscientização do agressor pode ser um dos motivos. Segundo a delegada, na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Belo Horizonte há o Projeto Dialogar, que promove conversas com o agressor para esclarecer que o que ele pratica é crime. As tentativas de implementar programa semelhante em Contagem falharam por falta de recursos humanos. O atendimento na delegacia é somente de tentativa de feminicídio, já que os casos consumados são apurados pela delegacia de homicídios. Segundo a delegada, o fato de não haver registros de ocorrência policial antes do feminicídio leva a concluir que muitas mulheres não denunciam quando são vítimas de violência.

Filipe da Silva, assistente social da Delegacia de Mulheres de Contagem, explicou que a proposta é que a assistência social seja a porta de entrada das mulheres no serviço e que, após essa escuta mais qualificada, a vítima possa ser encaminhada para outros profissionais da rede de enfrentamento ou para o atendimento interno. Assim, mesmo que a mulher solicite uma orientação sobre pensão alimentícia, que não é o trabalho fim da delegacia, o atendimento deve ser prestado para que as mulheres conheçam melhor a unidade e saibam a quem recorrer em casos de agressões. Relatou que, de 1º/3/2013 até 30/6/2019, já foram realizados 5.003 atendimentos e frisou a importância da escuta diferenciada para acolher bem a mulher em situação de violência.

A delegada Laise Rodrigues descreveu a inadequação da estrutura física da delegacia: pequena, sem acessibilidade, sem espaço próprio para o atendimento do serviço social. Segundo relatou, inicialmente era previsto que o local abrigaria a Casa da Mulher Brasileira, conforme disposto na Lei Maria da Penha, que seria composta por Nudem, da Defensoria Pública de Minas Gerais, Bem-me-quero, espaço destinado para o atendimento à mulher em situação de violência doméstica do município, e Delegacia de Mulheres. Entretanto, isso ainda não ocorreu. Informou que há tratativas em andamento para mudança de sede, de forma a ampliar o espaço e melhorar a acessibilidade e o acolhimento.

Geralda Aparecida Nogueira, superintendente de Políticas para as Mulheres da Prefeitura Municipal de Contagem, parabenizou o trabalho da rede de enfrentamento da violência contra a mulher do município e ressaltou a importância do espaço Bem-me-quero, destinado ao atendimento à mulher em situação de violência doméstica. Afirmou que há possibilidade de convênio com o município para instalação de uma cadeia de custódia no Hospital Municipal de Contagem, para que o exame de corpo de delito das vítimas de violência sexual seja realizado pelos clínicos do hospital, de forma que o custo para o Estado seja apenas o de capacitação desses profissionais. Segundo a superintendente, ainda não há esse tipo de atendimento no município – a vítima tem de se deslocar a Belo Horizonte, o que, muitas vezes, a faz desistir de registrar a ocorrência. Destacou, também, as negociações para que a sede da Delegacia de Mulheres seja transferida para a sede do antigo Fórum de Contagem.

A deputada Marília Campos relatou que, na Deam de Belo Horizonte, há o serviço do IML na própria delegacia, no horário de expediente, das 8 horas às 18 horas, e ratificou que a falta desse serviço pode fazer com que a vítima desista de registrar a ocorrência. Frisou a necessidade da urgente viabilização da cadeia de custódia para o atendimento da vítima.

Segundo Luzia Ferreira, secretária de Desenvolvimento Social de Contagem, muito trabalho tem sido realizado para o fortalecimento da rede de enfrentamento do município, mas o ciclo de violência não é interrompido se não há punição do agressor. Destacou o trabalho das Patrulhas de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD/PMMG – e relatou que somente o 29º Batalhão de PMMG dispõe do serviço. Fez apelo para que seja instalada equipe da PPVD no 18º Batalhão da PMMG, bem como em todos os outros do Estado.

A defensora pública Ana Cláudia Braga Arêas Pinheiro Pinto reforçou a importância do bom funcionamento da delegacia, bem como da parceria com a Defensoria Pública, para solicitar as medidas protetivas. Se os trabalhos na delegacia não puderem ser gerenciados adequadamente, a ação da defensoria pública fica prejudicada, levando conseqüentemente à impunidade do agressor e à reprodução do ciclo de violência.

Frederico José Grossi, delegado regional de Contagem, informou que já há negociação para alocação de um médico-legista para atender a Delegacia de Mulheres de Contagem. Ratificou que a demanda do município é igual à de Belo Horizonte, mas a estrutura é insuficiente para atendê-la. Relatou que já realizou diversas solicitações de escrivães para a Delegacia de Mulheres, bem como de delegados para o município e lamentou que essa seja uma demanda de todo o Estado.

O chefe do 2º Departamento de Polícia Civil, Rodrigo Macedo de Bustamante, afirmou que a chefia da PCMG vem buscando formas de recomposição do quadro de servidores. Segundo Macedo, há 76 delegados em curso de formação e cerca de 300 investigadores serão investidos até setembro deste ano, bem como escrivães. O município está cadastrado na lista de prioridades para alocação desses servidores. Também disse acreditar que a implementação do projeto Dialogar no município ajudaria a reduzir o número de crimes.

A promotora da Vara da Violência Doméstica de Contagem, Deborah Goulart Tavares, frisou a necessidade de a Delegacia de Mulheres ser bem equipada e estruturada e a importância de se trabalhar em rede para que os crimes possam ser apurados com qualidade, para a aplicação da pena cabível e a redução de reincidências.

Ricardo Jorge Hyodo, escrivão do TJMG, relatou que, em 6/6/2019, foi inaugurada a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Inquéritos Policiais em Contagem, em virtude do crescente número de processos referentes à violência sofrida por mulheres na Comarca. A intenção é apurar o crime com mais rapidez para que não haja prescrição punitiva dos crimes de menor potencial ofensivo, reduzindo dessa forma o número de reincidências. Destacou, porém, que um empecilho para a realização do trabalho mais eficiente é a falta de defensor público para o réu, já que isso impede a finalização do processo e a punição efetiva.

O deputado Professor Irineu enfatizou a importância da luta para a redução da violência contra as mulheres e a necessidade de políticas públicas de prevenção.

As vereadoras da Câmara Municipal de Contagem, Ana Carolina Ferreira Magalhães e Glória de Fátima Lopes Pena, parabenizaram a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher por terem pautado o combate à violência contra as mulheres como tema central de discussão esse ano.

Mario Lúcio Alves de Araújo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, disse estar ciente da importância da segurança pública para o município. Declarou que é um novo momento da gestão pública e que, atualmente, o Estado está em calamidade financeira, o que não impede que sejam realizadas discussões para construção de soluções sem necessidade de grande investimento inicial por parte do Estado. Relatou que, segundo dados do Observatório de Segurança Pública relacionados a Contagem, de janeiro a maio deste ano houve redução de cerca de 20% nos homicídios e 30% nos roubos, mas admitiu que a violência contra a mulher não acompanhou essa tendência, já que houve um aumento de 18,4%, em relação ao mesmo período de 2018. Ponderou que esse número pode ser ainda maior, já que muitas mulheres ainda não denunciam as violências de que são vítimas. Ressaltou a necessidade de conscientizar a população sobre a importância de denunciar e registrar as ocorrências, pois a realização de políticas públicas é baseada em estatísticas. Reconheceu que a estrutura física da delegacia é inadequada. Segundo o secretário, a diretriz do governo é rastrear imóveis do Estado para instalar os equipamentos públicos e evitar o pagamento de aluguéis desnecessários. Sugeriu que esse debate fosse aprofundado por meio da criação de um grupo de trabalho, com representantes de todas as entidades interessadas.

A subsecretária de Políticas de Prevenção à Criminalidade, Andreza Rafaela Abreu Gomes, informou que as ações dos programas de prevenção à criminalidade são realizadas em Contagem desde 2004 e que, somente neste ano, no município foram atendidas 865 mulheres. Relatou que, no programa Mediação de Conflitos, a maioria dos atendimentos é de mulheres. Salientou que os programas de prevenção à criminalidade atuam dentro das comunidades e em parceria com a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a rede de enfrentamento da violência do município, a comunidade e as associações. Relatou ainda a inauguração do projeto Fala Garota em 2019, com o objetivo de conscientizar a respeito da violência contra as mulheres. Também

reportou o início de atividades em grupos de responsabilização de homens que estão respondendo a processos por violência doméstica, no programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais – Ceapa.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos relatou aos presentes que, na visita ao Núcleo Especializado de Investigação de Feminicídios em 28/6/2019, foi proposta a criação de um núcleo em cada delegacia especializado em tentativas de feminicídio, de forma a agilizar as investigações, lograr maior êxito nas punições e, assim, reduzir o número de reincidências. Mas esclareceu que, para isso, é necessária a estatística dos feminicídios tentados e consumados, e solicitou esse levantamento aos delegados presentes na visita.

Além disso, a parlamentar informou que propôs uma emenda parlamentar de R\$300.000,00 destinados à compra de viaturas pela PCMG para equipar as Deams. Marília Campos afirmou que irá se empenhar para obter recursos no orçamento do Estado para que a corporação possa ser mais bem equipada e acolher de maneira mais eficiente e humanizada as mulheres em situação de violência.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, que era obter esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Contagem. Com mais clareza a respeito do equipamento e suas necessidades, poderá, sem dúvida, contribuir no que for possível para aprimorar o atendimento das mulheres vítimas de violência.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2019.

Marília Campos, relatora.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 16 de setembro de 2019, destinada a homenagear o Galo Futebol Americano pela conquista do título brasileiro nessa modalidade.

Palácio da Inconfidência, 13 de setembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/9/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater a relevância da Constituição Mineira para a formulação e implementação das políticas públicas em nosso Estado, bem como para a consolidação da democracia ao longo dos trinta anos de sua promulgação, por ocasião da Semana de Comemoração dos 30 Anos da Constituição Mineira.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

 **COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 12/9/2019, a seguinte comunicação:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento de Darci Sebastião Nicioli, ocorrido em 11/9/2019, em Jacutinga. (– Ciente. Oficie-se.)

 **CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 12/9/2019, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. James Ferreira dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça Militar, encaminhando nota técnica desse tribunal em que faz considerações sobre as emendas apresentadas, em 2º turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 58/2016. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Gustavo Gastão Corgosinho Cardoso, diretor-geral da Arsae-MG, informando a realização, em 13/9/2019, de audiência pública dessa agência. (– À Comissão de Saúde.)

 **PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/9/2019**

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, eu não poderia deixar de comentar aqui o áudio que circulou nos grupos de WhatsApp e pela Rádio Itatiaia, grande emissora de Belo Horizonte, com repercussão no Estado de Minas Gerais, referente à fala do procurador de justiça Leonardo Azeredo dos Santos durante uma reunião da Câmara de Procuradores do Ministério Público de Minas Gerais.

E até me causa estranheza, Sr. Presidente, que nenhum outro colega deputado tenha tratado desse tema aqui, na tribuna da Assembleia. Há tempos, deputado Cleitinho, eu venho acompanhando a tramitação de projetos de lei de iniciativa do Judiciário e do Ministério Público que tratam de uma série de auxílios como forma de engordar o contracheque e de aumentar os ganhos junto ao poder público. E a fala do ilustre procurador Leonardo Azeredo dos Santos é exatamente a prática feita pelo Judiciário e pelo Ministério Público aqui, em Minas Gerais, qual seja, a forma de burlar o teto constitucional.

Deputado Fernando Pacheco, deputado Cleitinho Azevedo, deputado Bartô, nenhuma dessas leis estaduais que foram aprovados por esta Casa... E aqui, por frouxidão do Parlamento, para que a gente não tratasse o assunto de forma personificada, foram aprovadas e não poderiam ser aprovadas. Por quais motivos? É a questão da remuneração e de benefícios dos integrantes dessas carreiras. Elas não podem ser tratadas pelo Parlamento Estadual. Existe uma lei orgânica da Magistratura Nacional e do Ministério Público em âmbito nacional. É lá em Brasília que devem ser tratadas.

E, hoje, nós recebemos aqui essa matéria do jornal *Estado de Minas*, na página 3, cuja retranscrição diz o seguinte: “Levantamento feito pelo *Estado de Minas* no Portal da Transparência mostra que números contradizem Leonardo Azeredo dos Santos, que cobrou aumento no salário de R\$24.000,00”. São R\$24.000,00 líquidos, o que é praticamente o salário bruto de um

deputado estadual, que é de R\$25.322,00. Há tempos eu venho alertando esta Casa e votando de forma contrária a essas leis de iniciativa do procurador-geral de justiça e do presidente do Tribunal de Justiça quando da aprovação de auxílios que engordam os seus contracheques.

O procurador recebe um salário bruto de R\$35.462,00. O valor de R\$24.000,00 é líquido, já descontado o imposto de renda e a Previdência. Há tempos, eu venho denunciando isso. Hoje, todos eles podem vender dois meses de férias-prêmio, com 2/3, coisas que nenhum outro trabalhador do serviço público ou da iniciativa privada pode fazer. Isso aqui é fruto daquilo que ele disse no áudio. “Dr. Sérgio Tonet, o senhor, que tem muita criatividade, arrume um jeito de criar um auxílio, um plantão, algum outro benefício, porque eu não estou aguentando viver apenas com R\$24.000,00 líquidos. Eu vou ter que deixar de pagar um cartão de crédito de R\$20.000,00 para pagar um de R\$8.000,00”.

Agora eu pergunto aos Srs. deputados e às Sras. deputadas: vocês já imaginaram os servidores da Segurança Pública, que estão há quatro anos e meio sem sequer a reposição da perda inflacionária? Esse procurador e os demais membros do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Poder Judiciário obtiveram, em 1º de janeiro, por força do efeito cascata, quando do aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que saíram do patamar de R\$33.700,00 para R\$39.300,00, o teto dos ministros, tiveram o efeito cascata. Dezesseis ponto cinquenta e oito foi o que o procurador e os demais membros do Ministério Público, da Magistratura em Minas Gerais e os conselheiros do Tribunal de Contas, que têm as mesmas prerrogativas dos desembargadores, obtiveram em 1º/1/2019. E a Assembleia? A Assembleia vai se quedar inerte?

A Assembleia não vai dizer ao procurador que, há quatro anos e meio, os servidores não têm reposição de perda inflacionária? Que têm três anos e oito meses de parcelamento? Que os servidores estão endividados? Que os servidores cortaram até mesmo o consignado porque o governo passado, o governo do PT, deu o calote nos bancos também no consignado? Já imaginaram quanto de Lexotan, quanto de Rivotril os servidores estão tomando? Onde está esta Casa? Onde está o Poder Legislativo, para não levantar a voz em face de uma coisa absurda dita para toda a imprensa?

Olha, senhores deputados e senhoras deputadas, ontem tomei a iniciativa, junto com os colegas membros da Comissão de Administração Pública, e aprovei um requerimento para que seja oficiado aos 513 deputados federais, aos 81 senadores da República, ao presidente da República e ao ministro de Casa Civil para apressarem a votação de um projeto de lei, do qual o deputado federal Rubens Bueno foi relator, que vem a definir o teto remuneratório no País, porque, tanto o Judiciário estadual quanto o Ministério Público, não poderiam e não podem aprovar esses benefícios por leis estaduais. Porque a definição disso é feita através das Leis da Magistratura e do Ministério Público, leis federais. Mas o subterfúgio, a forma de fazer uma curva está aprovada em lei. Qual lei? Lei estadual. Ora, quem é que questiona a constitucionalidade? Ninguém! A Mesa da Assembleia não questiona, o procurador não questiona, ninguém questiona.

Então, eu quero aqui dizer sobre a minha indignação – passo a palavra daqui a pouco – e dizer o seguinte: vejam a matéria. Será que todo mundo vai ficar calado nesta Casa? Olhem aqui: 2019, R\$562.000,00; 2018, R\$885.000,00; 2017, R\$854.000,00; 2016, R\$761.000,00; 2015, R\$764.000,00; 2014, R\$344.000,00. Foi o que ele recebeu. Segundo o jornal *Estado de Minas*, o procurador de justiça Leonardo Azeredo dos Santos custou, pelo menos, R\$4.000.000,00 ao contribuinte nos últimos cinco anos.

Será que esta Casa vai se apequenar? Será que nós, deputados, não vamos falar nada? O deputado estadual hoje recebe, de salário bruto, R\$25.322,00, e líquido, R\$17.000,00. Um promotor de justiça e o juiz substituto no probatório recebem R\$30.000,00 iniciais. Um desembargador e um procurador hoje recebem mais que um deputado federal. E aí? Ficaremos todos calados?

Quero conceder um aparte ao ilustre deputado Bartô, mas, de antemão, já aviso aos colegas deputados e deputadas: aprovamos o requerimento e estamos enviando o áudio publicado pela Rádio Itatiaia aos 513 deputados federais e aos 81 senadores da República, para que eles tomem – e aqui vou falar até uma palavra mais forte – vergonha na cara, deixem o medo de lado, a frouxidão e venham legislar sobre o tema. É para colocar freio, colocar teto. E que todos venham a respeitar o teto.

Na verdade, todos devem ganhar bem. O Ministério Público tem que ganhar bem, o Judiciário tem que ganhar bem, mas eles têm que obedecer o teto. Não podem sair burlando-o com os auxílios que engordam o contracheque. E, aí, nós nos deparamos com cifras milionárias e ainda vem procurador de justiça falar em miserê?

Já imaginou, deputada Beatriz Cerqueira, como está o soldado, o investigador, o agente penitenciário, o socioeducativo, o professor e a professora diante de uma matéria dessa? São eles que estão tomando Rivotril, de tamanha indignação de verem o que o procurador fez numa reunião da Câmara de Procuradores do Ministério Público de Minas Gerais.

Concedo um aparte ao ilustre colega deputado Bartô.

O deputado Bartô (em aparte) – Deputado Sargento Rodrigues, parabéns pelo tema abordado. Acredito, sim, que esta Casa deve se manifestar. Ontem realmente eu tive um compromisso. Passei rapidamente aqui, no Plenário, mas não deu para ficar até a fase “pela ordem”, quando gosto de me manifestar.

Acredito que os demais colegas também deveriam se manifestar para que não seja uma fala só do Sargento Rodrigues ou só minha, mas, sim, de todos, porque qualquer um que ouvir aquele áudio fica estarelecido. Não foi apenas uma fala colocada de mal jeito. Foi, sim, um áudio de uma fala muito longa – acho que foram 10 minutos de áudio.

O deputado Sargento Rodrigues* – Permita-me, Bartô.

O deputado Bartô (em aparte) – Fique à vontade.

O deputado Sargento Rodrigues* – Foi um escárnio.

O deputado Bartô (em aparte) – Foi um áudio muito longo, em que ele fazia, reiteradas vezes, abordagens que, para mim, são absurdas, falando que, infelizmente, ele não é humilde e, então, não consegue suportar tamanha humilhação, que não consegue sustentar o filho. Além disso, falando dessa questão do cartão de crédito: que gastava R\$20.000,00 e agora vai ter que passar a gastar R\$8.000,00. Então, é simplesmente jogar na cara da população o privilégio que essas pessoas têm.

Também vale a pena a gente entrar num debate de que, realmente, é preciso mais critério e mais cuidado, e não ficar jogando para a galera em si quanto uma autoridade deve ganhar realmente. Muita gente fala assim: “Um salário desse é pouco, é grande, é muito, é pequeno, não sei”. Mas a gente tem de ver por trás também qual é o trabalho executado, o tanto que se exige da pessoa e a qualidade da pessoa para estar ali prestando aquele trabalho e, sim, ser remunerada pelo tanto que vale. Mas muito bem lembrado aqui e levantados esses números: R\$4.000.000,00 para o Sr. Leonardo Miserê não é pouca coisa, não.

Então, vamos ficar aí de olhos atentos e, principalmente, respeitar a população, porque falas como a dele... Parece-me que foi até numa audiência. Então, não foi uma fala descuidada, fora do contexto, mas, sim, um discurso todo que deixa qualquer um (– Palavra expungida por determinação do Sr. Presidente.) quando vê aquilo. Não é à toa que está ganhando tanta repercussão. Já recebi inúmeras falas aqui dele, o quanto ele ganhou, foto dele, *meme* dele, enfim, gerou uma repercussão de forma que, agora, sim, eu fico com dó dele. Aliás, não com dó de muito bonzinho, não, mas mais com dó porque está sofrendo aí, porque tem mais que sofrer isso mesmo. Obrigado, Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço ao ilustre deputado Bartô o aparte. Nós só esperamos, deputado Bartô, que a Assembleia não venha a se apequenar. A Assembleia é Poder; e Poder é para discutir essas questões, e não ficar com melindre. A Assembleia não tem que ficar melindrada, não. Os deputados e as deputadas desta Casa têm que se manifestar. Nós vamos propor uma audiência pública na Comissão de Administração Pública, deputado Cleitinho. Vamos assinar um requerimento em conjunto e chamar audiência pública para discutir o salário dos procuradores e promotores e conhecer a fundo que penduricalhos são esses. Tenho aqui, deputado Cleitinho, uma proposta de emenda à Constituição para abolir todos os penduricalhos, todos; com exceção da verba indenizatória, o restante todo. Por quê? Porque aí, sim, vamos conhecer quanto ganha, por que ganha e que tipo de remuneração é essa.

Infelizmente – e os senhores e as senhoras que são mais novos no mandato talvez não saibam – a estratégia de mandar projeto de lei complementar para o Legislativo Estadual é para burlar. Digo isso no requerimento. Salário de deputado estadual não é tratado aqui, na Assembleia, mas definido em Brasília, porque o nosso está vinculado ao salário dos deputados federais. Assim, por que um desembargador ganha 90,25% do que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal? Está vinculado ao efeito cascata. Então, não tem que se criar. Quando o Ministério Público ou o Judiciário mineiro manda projetos para a Assembleia, não se pode tratar de auxílios e salários, porque esse assunto tem que ser tratado por lei federal.

Só espero que a Assembleia não venha a se apeguar, porque o que esse moço disse é muito grave. Ele disse numa câmara de procuradores, provocando o procurador-geral para dar um jeito e usar a criatividade para aumentar o salário dele. Olha, não tem jeito, não tem jeitinho, porque salário de promotor, procurador, juiz, desembargador, deputados federais e estaduais e senadores só pode ser tratado por lei. No caso nosso, deputados estaduais, promotores e procuradores, juízes e desembargadores, só pode ser tratado por lei federal. Mas usar o subterfúgio dos auxílios disso ou daquilo, que é o que ele está propondo, merece, sim, um debate na Comissão de Administração Pública, de preferência, um requerimento assinado por dezenas de deputados.

Vou, deputado Cleitinho, pedir à consultoria que elabore o requerimento para a gente fazer uma discussão a fim de conhecer de perto toda essa estrutura remuneratória, porque está errada. Há um teto, e o teto tem que ser obedecido. Vinte e quatro mil líquidos e ainda falar em “miserê”?

Imagine o pobre servidor da segurança pública, combatendo o crime, dia e noite, quatro anos e meio, sem reposição de perda inflacionária, com três anos e oito meses de parcelamento.

Já encerro, presidente. Só espero que o governador Romeu Zema, que terá uma reunião conosco no dia 16, lembre-se de que miserê é o que os servidores da segurança pública estão vivendo há quatro anos e meio neste estado. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Presidente, boa tarde! Colegas parlamentares, boa tarde! Imprensa presente, quem nos acompanha das galerias aqui da nossa Assembleia Legislativa, e aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, dois assuntos me trouxeram aqui ao Plenário. Mas, antes, escutando atentamente toda essa discussão sobre o salário de promotor de justiça, digo que realmente é um acinte com o povo brasileiro que ganha um salário mínimo; e o povo que ganha um salário mínimo tem que escutar que a Previdência está quebrada por causa dele. Mas é um acinte mesmo, e temos que rever algumas práticas do Ministério Público.

Eu me lembrava, deputado Betão, daquele procurador da República que utilizou o cargo para pedir ingressos. Foi para o Beach Park, lá no Ceará? É o procurador da República que usa o cargo para conseguir dar palestras, ser remunerado e levar a família; usa o espaço público, o cargo público para concessões privadas. Acho que é o Dallagnol. Acho que essas coisas foram reveladas pelo *Intercept*.

Então, de fato, a gente tem que conversar sobre práticas, sobre posicionamentos em relação ao Ministério Público, e, no caso, eu me refiro também a procuradores do Ministério Público Federal porque também é uma afronta ao povo alguém se utilizar de um cargo público para dar palestras e receber remuneração. E reclamar, porque ele também reclamava – não reclamava? – que o seu salário era muito baixo, que ele teria prejuízos, que era necessária uma complementação; por isso as palestras, por isso toda uma dinâmica de um colega procurador indicar o outro e fazer um grande consórcio para palestras privadas, sendo eles servidores que deveriam estar a serviço da República, do combate à corrupção, mas estavam ali se organizando para palestras com valores que, de fato, também demonstram uma afronta ao povo brasileiro. E as passagens para a família, e as passagens para o parque aquático, e as diversas possibilidades e os jantares, etc., articulados por influência do lugar que ocupava e que, supostamente, seriam para fazer uma investigação sobre corrupção – pelo menos, essa foi a história oficial que disseram sobre a Lava Jato; e o Intercept agora está nos dizendo que não era bem assim.

Mas, primeiro, eu gostaria de prestar contas sobre o trabalho desenvolvido ontem, quando nós pudemos realizar o encontro da educação, convocado pelo presidente da nossa Casa, Agostinho Patrus. Na segunda-feira, aconteceu a reunião com o tema da saúde, e acho que é uma estratégia muito interessante unificar o debate da saúde e o da educação, porque vamos lembrar que o governador Romeu Zema, no primeiro semestre, teve um péssimo desempenho na execução do orçamento na saúde: de 12%, não chegou a investir 6%; dos 25%, não chegou a investir 18%, ficou em 17,45%. Ontem, nós tivemos a reunião com as entidades representativas da educação, e a ideia trazida pelo nosso presidente é de que nós nos juntemos: saúde e educação, para fazer essa discussão estratégica sobre financiamento, porque, se nós não fizermos... E concordo com o deputado Sargento Rodrigues: não podemos nos apeguar nos debates que são de competência nossa, e a nossa competência é fazer a fiscalização do orçamento.

Na semana passada, nós pudemos fazer uma discussão sobre Lei Kandir, em audiência pública, na Comissão de Educação, e nessa audiência o Dieese nos trouxe um dado preocupante. Em uma série histórica dos últimos 16 anos, o primeiro semestre de 2019 teve a pior execução do orçamento na educação, a pior. Se, no primeiro semestre foi a pior, com o fechamento de turmas, no segundo semestre, com a dispensa de professores, com a fusão de turmas, fico imaginando, Professor Cleiton, o que nós teremos neste segundo semestre, considerando que estamos enfrentando dificuldades concretas que, no primeiro semestre, nós não havíamos enfrentado.

E nos espantou porque, em outra audiência pública, o governo prestou contas em relação à escola integral. O senhor vai se recordar quando nós perguntamos quanto o governo havia investido na educação integral desde que o programa foi retomado. E o governo disse, presidente, R\$600.000,00. Eu não entendi direito, deputada Leninha, e perguntei de novo. É esse o investimento, na magnitude do Estado de Minas Gerais, que o governo Zema fez, em relação à educação integral depois da retomada do programa. Foram R\$600.000,00.

Então, temos essa diminuição de investimentos, essa diminuição da educação integral, a fusão de turmas, o não pagamento do piso salarial. O governador vai se reunir com a segurança pública, no próximo período. Queria lembrá-lo de que, além dos trabalhadores da segurança pública, que são muito importantes, existem professoras no Estado. Seria muito importante se o governador Zema conseguisse dedicar algum momento da sua agenda para também escutar as professoras sobre as suas reivindicações. Então, no debate de ontem, a discussão estratégica foi o orçamento. Por isso, trataremos de medidas, possibilidades e discussões aqui na Casa que se relacionem à fiscalização em relação ao nosso orçamento.

Presto contas também, presidente, porque ontem as nossas instituições de ensino superior trouxeram a demanda da pesquisa. Aí o desenvolvimento, aqui na Casa, da tramitação da PEC nº 26. O deputado Cristiano Silveira, seu primeiro signatário, nos trará uma resposta importante. Teremos condições de ter o dinheiro para a pesquisa, sem o filtro que o governo do Estado hoje faz. Também discutimos a reestruturação do Conselho Estadual de Educação e já aprovamos hoje, na reunião ordinária da Comissão de Educação, os procedimentos para isso, assim como o fortalecimento da educação no campo e a importância das escolas-família agrícolas. Isso também foi aprovado hoje na Comissão de Educação. Faremos, logo após o Assembleia Fiscaliza, o processo de avaliação da execução das metas e diretrizes do Plano Estadual de Educação aqui no nosso Estado. Então, presto contas, presidente, da discussão que tivemos ontem, aqui na Casa, em relação à educação, com esses encaminhamentos.

Chamou também a atenção das pessoas o problema que temos vivenciado em relação ao número de alunos por salas de aula, que continua grave. Por isso a superlotação das salas de aula também foi tema do debate com o presidente Agostinho Patrus, na tarde dessa terça-feira. Então, primeiro, prestamos contas aos colegas e à população que nos acompanha quanto a esse trabalho da Comissão de Educação, articulada pelo nosso presidente Agostinho Patrus, na reunião dessa terça-feira.

O segundo assunto, presidente, que me trouxe à tribuna, é a Cemig. Desculpem-me a franqueza, gente. O Zema está vendendo a Cemig, sem passar pela Assembleia. Começamos a acompanhar, no início do ano, uma discussão sobre localidades, como se fossem postos de atendimento da Cemig. A Comissão de Direitos Humanos fez o debate, ainda em fevereiro, sobre a importância

das localidades, porque elas estão próximas aos municípios, e o atendimento é mais rápido. Não houve sequer a presença da representação da Cemig na audiência pública que foi promovida aqui na Casa.

A Cemig fechou 43 localidades. Vamos traduzir isso para a vida concreta das pessoas. No interior hoje, demora mais o atendimento da Cemig do que demorava, porque 43 localidades foram fechadas. Isso quer dizer que antes de vir para cá qualquer projeto, qualquer PEC sobre a Cemig, o governo vai diminuindo a Cemig, vai diminuindo a prestação de serviços e dando à população a ideia de que a Cemig não presta serviço. Não presta porque ele está fechando o atendimento da Cemig. Então, 43 localidades foram fechadas ainda no primeiro semestre.

Qual foi a nossa surpresa quando, de repente, nós nos deparamos com uma agenda sobre a venda da base São Gabriel. Estive em visita técnica a essa base São Gabriel, aqui em Belo Horizonte, para conhecer o trabalho desenvolvido. A base São Gabriel está localizada numa região estratégica, planejada e pensada para atender hoje a mais de um milhão de pessoas de Belo Horizonte, de Caeté, de Jaboticatubas, de Lagoa Santa, de Ribeirão das Neves, de Sabará, de Santa Luzia, de Santana do Riacho, de São José da Lapa, de Taquaraçu de Minas e de Vespasiano. Essa base da Cemig tinha, porque o governo Zema a fechou na semana passada, plantão de eletricitários por 24 horas.

Essa base faz 75 mil atendimentos por mês, fora os atendimentos de emergência. É uma base que tem um custo de R\$1.000.000,00, mas que lucra R\$2.000.000.000,00 para a Cemig. Tem um custo de R\$1.000.000,00 e um lucro de R\$2.000.000.000,00. Com o fechamento da base São Gabriel, que é o que a Cemig está fazendo neste momento, os trabalhadores da base São Gabriel se deslocarão para o Anel Rodoviário, e aí todo o Vetor Norte, todos esses 10 municípios que acabei de citar e que antes tinham um prazo de atendimento menor demorarão muito mais para serem atendidos. E eu não sei, deputado Ulysses, se eles sequer serão atendidos porque o deslocamento da base, do Anel Rodoviário até todas essas cidades é infinitamente superior ao que hoje é o deslocamento porque a base São Gabriel foi construída num local estratégico.

Quem está prejudicado com o fechamento da base São Gabriel? A população, 1 milhão de pessoas. E a rapidez com que a Cemig fez isso foi algo espantoso. Na quarta-feira, deputado Professor Cleiton, ela avisou que, na sexta-feira, a base seria fechada, e que, na segunda-feira, os trabalhadores deveriam ser realocados na base do Anel Rodoviário. Isso sem conversar com os municípios, sem conversar com a Assembleia Legislativa e sem sequer dar tempo de reorganização aos seus próprios trabalhadores.

Eu me pergunto quem lucra com a venda daquele território da base São Gabriel, porque alguém está lucrando. O que explica a Cemig fechar uma base que lucra R\$2.000.000.000,00 por ano e que tem um custo de R\$1.000.000,00 por ano e que atende mais de um milhão de pessoas? Além disso, o atendimento vai piorar, ficar mais difícil e será feito num maior tempo. A Cemig justifica o atendimento por empreiteiras, e a empreiteira é um instrumento particular. Mas, quando a responsabilidade é da Cemig e quando a responsabilidade é do Estado, o atendimento será feito nesse caso. Agora imagine a empreiteira quebrando, deputado, no período de chuva. Então aquele atendimento programado para a empreiteira não será feito porque a empreiteira não existe mais, e a base não vai existir porque também foi fechada pelo governador do Estado.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte)* – Deputada, quero parabenizar V. Exa., parabenizar a companheira Bia por essa apresentação do resultado de ontem, da Comissão de Educação, junto à liderança do presidente da Assembleia, num movimento que ele propõe articulado entre a educação e a saúde, para que a gente possa enfrentar esse arrocho, essa ação de total desinvestimento na área da saúde e da educação em Minas Gerais.

Rapidamente quero registrar também a importância dessa sua fala em relação à Cemig. Estava vendo o vídeo da fala do governador Romeu Zema, na última quinta-feira, lá em Santa Rita do Sapucaí, que é desastroso. É inacreditável um empresário bem-sucedido do varejo, que sabe vender fazer isso. Eu queria ver ele vender produtos da loja dele descaracterizando, desmerecendo e desqualificando a sua loja e seus produtos, da mesma forma como está fazendo com a Cemig.

Na lógica que ele propõe de uma alternativa para Minas Gerais, que é vender o patrimônio de Minas Gerais e principalmente uma empresa tão estratégica como é a Cemig, lucrativa e eficiente, a forma como ele quer vendê-la é, no mínimo, irracional, porque ele está destruindo a imagem de uma companhia que tem história, que tem qualidade e que tem problemas que também precisamos discutir aqui, mas não da forma como ele está fazendo. Antes de vender a Cemig, ele estava dizendo para todos, e disse, em Santa Rita, na frente de vários empresários, que a Cemig não dá conta de nada, que a Cemig não presta, criticando algo de que ele é o gestor indireto porque ele é o governador do Estado, e a Cemig tem um presidente que é nomeado por ele. Então, diretamente, é ele que tem que dizer o que a Cemig tem que fazer para melhorar e não denegrir a imagem e tentar destruir a Cemig antes de vendê-la.

Não estou concordando com a venda da Cemig, muito pelo contrário, sou contra a venda da Cemig. Contudo, na lógica a que ele se propõe, ele tinha era que exaltar a Cemig para dizer o quanto ela é boa e para o mercado entender o quanto ela é boa. E aí, deputado, quero aqui registrar que nós temos um exemplo no Estado de Goiás, onde foi privatizada a Companhia Energética de Goiás. A empresa que ganhou e que hoje toca o serviço de energia é a Enel, uma empresa italiana que manifestou interesse em comprar a Cemig, em Minas Gerais.

Acabamos de aprovar na Comissão de Minas e Energia uma visita à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que instituiu uma CPI de energia elétrica. Convido V. Exa. e os demais deputados a acompanhar a Comissão de Minas e Energia. Conversamos ontem com o relator da CPI, que está exatamente averiguando isso, pois os serviços estão decadentes. O governador do Estado de Goiás, que é do Democratas, e os deputados do Estado de Goiás estão contra essa privatização que acabou com os serviços.

Então, o que o governador Zema está fazendo vai na contramão de tudo que está acontecendo, seja na lógica da venda, que é a proposta dele, seja na lógica do serviço, que está enxugando, prejudicando o cidadão que não está recebendo o serviço. A situação que ele propõe de melhoria é pior ainda. O resultado que temos de exemplo é de decadência total no Estado de Goiás. Então, aprovamos isso na Comissão de Minas e Energia. Iremos visitar, provavelmente na próxima semana, a CPI, no Estado de Goiás, para compreender o que fizeram naquele estado para que não cometamos os mesmos erros aqui em Minas Gerais.

A deputada Beatriz Cerqueira* – É isso, deputado. Somos contra a privatização da Cemig e contra o fechamento da base São Gabriel. Se privatização fosse boa, a Vale não estaria aí respondendo por 272 assassinatos. Obrigada, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Presidente, nobre amigo, colega, companheiro de partido, deputado Antonio Carlos Arantes, deputadas, deputados. Estou já há algum tempo ausente desta tribuna. Já estava até com saudades de retornar a ela.

Faço hoje uso da tribuna porque o meu nome foi citado. Aqui no Plenário não cheguei a ouvir, mas foi citado em uma coluna do colunista Carlos Lindenberg, na Rádio Itatiaia, quando tratou da possibilidade que está sendo trabalhada pelo governo estadual, especialmente pelo governador Zema, de uma transação com a Codemig para colocar em dia os salários dos funcionários públicos e pagar o 13º salário, ainda durante o exercício deste ano de 2019. Dizia o colunista Carlos Lindenberg – parece-me que fez coro às palavras do colunista, meu nobre amigo, deputado Ulysses Gomes, esse batalhador e atuante deputado –, que o que o governador Zema está propondo não é nada mais do que aquilo que o ex-governador Fernando Pimentel, à época, havia proposto a fazer e que, por uma ação deste deputado, que está aqui agora na tribuna, que foi ao Tribunal de Contas e ao Tribunal de Justiça, argumentando da ilegalidade daquele ato, não havia se tornado realidade a transação do ex-governador Fernando Pimentel, e que, por conta daquilo, não tinha colocado em dia o salário dos funcionários públicos.

Tentarei ser didático para que todos possam entender as diferenças. São muitas, meu amigo deputado Ulysses Gomes. É mais de uma dezena de diferença, mas gostaria de começar lembrando que o ex-governador Fernando Pimentel – que, de forma muito clara e franca, foi, de longe, o pior governador que este estado já viu, o pior, de longe – começou a atrasar os salários dos funcionários no início do segundo ano de sua gestão. Para resolver esse problema, deputada Beatriz Cerqueira, minha amiga, colega,

ele se propôs a fazer várias ações. Ele se propôs a recolher, como o fez, os depósitos judiciais – foram mais de R\$5.000.000.000,00 de dinheiro, de discussão entre particulares que estavam depositados no Banco do Brasil, aguardando uma definição da Justiça – para que se colocasse em dia os salários dos funcionários. Foram R\$5.000.000.000,00. Não resolveu o problema do salário dos funcionários e muito menos do 13º salário.

Depois ele veio com os fundos imobiliários. Quem se lembra dessa discussão aqui na Assembleia? Tivemos discussões acaloradas com relação aos fundos imobiliários.

O Estado venderia os seus imóveis ativos, aqueles que estão sendo utilizados seriam alugados e os inativos seriam vendidos. Com esse dinheiro arrecadado, o Estado colocaria em dia o salário dos servidores. Nada saiu do papel. Aprovaram aqui, mas nada saiu do papel, e o salário continuou atrasado.

Depois disso vieram com o aumento de impostos. O governador Pimentel, por duas vezes, trouxe projeto de lei a esta Casa aumentando os impostos. Eu me lembro de um que me marcou muito: aumento de ICMS de energia elétrica dos estabelecimentos comerciais, que subiu de 18% para 25%, com o argumento, deputado Cleitinho, de pagar em dia, então, o salário dos servidores públicos estaduais e o 13º salário no ano certo, durante o exercício. Ele aumentou por duas vezes os impostos, em especial de estabelecimentos comerciais, com a energia elétrica e não resolveu o problema.

Depois veio com a securitização. Nós, em período de campanha – os deputados Ulisses, Cristiano e Elismar Prado se lembram disso, eram deputados à época –, viemos correndo aqui, em agosto do ano de eleição, para votar a securitização porque resolveria, deputado Cleitinho, não só o problema dos servidores – porque naquela época havia um outro problema –, mas colocaria em dia a dívida para com os municípios, que era gigantesca e já passava de R\$7.000.000.000,00. Não resolveu o problema.

Aí vieram com duas outras soluções ligadas à Codemig. Aí eu já vou entrar na diferença das operações. O senhor governador Fernando Pimentel, num primeiro momento, quis vender 49% das ações que detém o Estado da Codemig. Em audiência pública nesta Casa, o senhor secretário de Fazenda, José Afonso Bicalho, e o presidente, à época, da Codemig disseram que a expectativa era arrecadar com isso R\$4.000.000.000,00 – lembrem-se desse número – para vender 49% das ações do Estado, para uma mina que tem 400 anos ainda de vida útil e que traz ao Estado uma arrecadação, sem que o Estado saia do lugar, sem que tenha saído da cadeia, de R\$800.000.000,00 por ano. Façam essa conta, não me desfazendo dos padeiros, mas que a gente costuma chamar de conta de padeiro. Façam essa conta e vejam o prejuízo que traria ao Estado essa operação. Fui contra, trabalhei contra, bati dessa tribuna, de todos os lugares. Aí eles não conseguiram convencer.

E outra, deputado Cleitinho, nessa época, criaram uma subsidiária da Codemig, a Codemge. A Codemig ficaria com a parte ruim da empresa, os voos que davam prejuízo, a administração, se não me engano, da rodoviária de Belo Horizonte e outras tantas coisas; e a parte boa, na Codemge, é a que seria vendida por esse valor mínimo de R\$4.000.000.000,00.

Aí vieram com uma nova operação. Agora, deputado Ulysses Gomes, é que eu tentarei ser mais didático para que todos possam entender, até porque isso será importante para todos nós compreendermos. Quis o senhor governador usar a Codemig para adquirir um empréstimo. Quem foi ao mercado buscar o empréstimo foi a empresa Codemig, porque o Estado no governo dele não tinha crédito porque ele não pagava ninguém. Então a Codemig iria ao mercado buscar um empréstimo. Para ela conseguir o dinheiro ofereceu pagar esse empréstimo com juros muito maiores do que os praticados no mercado, já aí lesaria e muito o patrimônio público. Além disso, ele queria que esse dinheiro que a Codemig receberia fosse repassado à MGI para que esta repassasse ao Estado, uma triangulação financeira ilegal chamada pedalada fiscal, mais ou menos o que a ex-presidente Dilma fez e que trouxe a ela a cassação, o *impeachment* do seu mandato. Essa era a operação de Fernando Pimentel. Era isso. Era uma operação mascarada que nos chamou a atenção.

Eu, sozinho, entrei com uma representação no Tribunal de Contas e com uma ação no Tribunal de Justiça, e, graças a Deus, aquela ação surtiu efeito e nós conseguimos segurar essa operação do ex-governador Fernando Pimentel.

Agora quer o governador Zema colocar em dia o salário dos servidores e o 13º salário. Tenho certeza de que todos que aqui estão trabalham a favor, não trabalhariam contra e não trabalharão contra.

Quais as diferenças, então, da operação de agora para a outra? Vamos lá. Primeiro: não é um empréstimo – o vice-governador até, acho, usou esse termo na entrevista de segunda-feira. Não é um empréstimo, é o Estado querendo vender um produto que ele já comercializa, que é o nióbio. O que o Estado quer fazer e vai fazer? Vai chegar e falar assim: “Cleitinho Azevedo, eu tenho o nióbio. Você quer comprar uma quantidade de nióbio? É meu esse nióbio. Você vai comprar, só que você vai pagar antecipadamente. Eu vou entregá-lo a você daqui a seis meses, um ano, mas eu quero receber agora”. É óbvio que o Cleitinho, para aceitar comprar esse nióbio que só vai ser entregue no ano que vem, tem que pagar um preço um pouco menor do que o valor de mercado. Mas ele vai antecipar o pagamento, que é o que o Estado está precisando agora para colocar em dia salários de servidores, inclusive o 13º salário. Essa é a operação, nada mais do que isso. É muito diferente, mas muito diferente, do que aquilo que o pior governador que este estado já viu quis fazer. Mas é muito diferente. Então, é isso. O Estado está querendo fazer uma venda de algo que ele tem, que é o nióbio, para receber antecipadamente. Para isso, obviamente, terá que dar um deságio no preço, mas um deságio muito menor do que seriam os juros da operação de crédito mascarada do ex-governador Fernando Pimentel, que traria, sim, prejuízo ao Estado. Há uma diferença muito grande entre um e outro, para receber antecipadamente e colocar em dia o salário dos servidores. É isso, nada mais do que isso.

Então, há diferença – a diferença é gritante entre as duas operações. E a operação do ex-governador foi construída, com muita criatividade, por ele e por seus ex-secretários, à época, os dois braços direitos, o Afonso Bicalho e o Helvécio Magalhães, do Planejamento. Aquela operação precisava passar pela Assembleia, e, à época, ele não tinha uma boa situação política na Casa, porque ele tinha criado problema inclusive com o ex-presidente desta Casa, o presidente, à época, deputado Adalclever Lopes. Ele não tinha segurança de que esse projeto passaria na Casa, autorização para que se fizesse essa operação. Por várias razões – entre elas, essa também –, o Tribunal de Contas falou: “Não, o senhor não pode e o senhor não vai fazer”. Atacaram o conselheiro Doutor Viana, quiseram levar para o lado político, porque ele havia sido deputado e meu colega de partido antes de ser escolhido por nós, deputados, para se tornar conselheiro. Foram vários os ataques, mas ele se manteve firme, cumprindo seu papel como conselheiro do Tribunal de Contas, não deixando que aquela operação fosse feita. A de agora não passará pela Assembleia, porque não há razão para que passe na Assembleia. É o Estado comercializando um produto que tem e pedindo que se pague com antecedência. Por essa razão, cobrará, terá que dar um deságio no preço do nióbio. Nada mais do que isso.

Então, eu subi hoje à tribuna, presidente – já encerrando –, para trazer essas explicações ao jornalista, amigo que eu respeito. Carlos Lindenberg: eu pessoalmente vou telefonar para você, ainda no dia de hoje, para lhe dar essa mesma explicação, para que não fique parecendo que eu estou agindo com dois pesos e duas medidas. E ao meu nobre amigo e colega, deputado atuante, Ulysses Gomes, eu espero que tenha explicado as diferenças.

Como eu ainda tenho 1min55s, e eu estava aqui atentamente ouvindo a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Sargento Rodrigues, aproveito esse pouco tempo que ainda tenho para dizer a V. Exa. e ao deputado Sargento Rodrigues, que não está aqui neste recinto agora, algo que eu já falei durante o Assembleia Fiscaliza do primeiro quadrimestre. O nosso estado não começou em 1º/1/2019. Os nossos problemas atuais não foram contraídos, feitos, construídos ou desconstruídos pela gestão que assumiu no dia 1º/1/2019. E trarei pontos rápidos aqui, porque só tenho mais 1 minuto.

O Sr. ex-governador, o pior governador que este Estado já viu, Fernando Pimentel, deixou o governo devendo às prefeituras, aos municípios do nosso estado mais de R\$9.000.000.000,00. O atual governador está pagando em dia – o que não é um favor, mas uma obrigação. Os repasses constitucionais estão sendo feitos religiosamente em dia. O piso salarial da educação, algo que sensibiliza a todos nós aqui, por se tratar de uma categoria tão especial... Por conta dessa razão nós já tivemos inúmeros embates, não é, deputada Beatriz? No passado, quando V. Exa. como sindicalista ainda. Enfim, o piso nacional da educação não vem sendo pago há muito tempo, há muito tempo, desde o governo petista, que, naquela época, ainda não tinha, porque depois passou a ter – terminando,

concluindo –, a restrição da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque havíamos atingido o limite prudencial da questão de pessoal. Antes mesmo de atingirmos o limite, o governo do PT já não pagava o piso nacional do magistério. Estou terminando, presidente.

E as críticas que agora são feitas fazem parecer que tudo isso é novidade, criada por esta gestão, que, mesmo ainda sem muito tempo, já conseguiu deixar o Estado numa situação melhor – o que não quer dizer que seria a aceitável ou a desejável –, mas muito melhor do que aquela em que deixou o governo, em 31 de dezembro passado, o pior governador que este estado já viu e que eu espero que não mais volte à gestão do nosso estado. Não desejo absolutamente nada de pessoal contra ele, ao Sr. Fernando Pimentel. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde aos servidores desta Casa! O Gustavo não falou este ano, mas, quando falou, ele falou tudo, não é, Gustavo? Parabéns pela fala! Eu sou iniciante aqui e venho aprendendo muito com V. Exa. também, está bom? (– Intervenção fora do microfone). O que foi, Cristiano? Está bem. Graças a Deus, o meu pai me ensinou a ouvir. Eu sempre escuto os dois lados. Eu quero até lhe dar os parabéns pelo que você fez para a escola, lá em Divinópolis. Eu não tive oportunidade de falar, mas quero aqui lhe agradecer, porque o pessoal da escola está satisfeito. Eu acho que o bonito é isso, não é? Se você faz lá para a minha cidade, eu tenho a obrigação e o dever de divulgar aqui. Fico muito feliz, porque quem ganha é a minha cidade. Não sou eu quem vai ganhar. Então, se você sempre puder olhar por lá, saiba que todo mundo te admira e gosta de V. Exa. Esteja sempre olhando por lá.

Vou falar de uma situação também, e eu estava até conversando com o Léo Portela. Eu quero dar um recado aqui para alguns deputados, que até não sei quem são. Eu jamais vou sair da minha casa com o intuito de prejudicar alguém. O meu pai me ensinou que, quando eu saísse de casa, seria com o intuito de ajudar alguém. Não era para prejudicar, não. O Léo me falou algumas coisas aqui... Eu vou deixar um recado para não mexerem com a minha família. Vocês não brinquem com a minha família, porque vocês não sabem quem eu sou de verdade, não. Eu ainda estou um gatinho aqui. Na hora em que eu virar um leão, vocês vão pegar rabo comigo aqui. Quando eu questiono alguma coisa aqui, eu não questiono algum político. Eu questiono é o sistema. Até já me dou muito bem com vários políticos aqui, porque a gente não pode generalizar e achar que todo político é ladrão, que todo político é bandido, não. Aqui tem político sério, político que quer fazer a diferença. Então eu venho aprendendo muito com vários políticos aqui, aprendendo coisa boa. Quando eu me junto com algum político aqui é para fazer coisa boa. Eu jamais vou me juntar para fazer coisa errada. Então não envolvam a minha família, não brinquem com a minha família.

Eu não saio da minha casa com o intuito de virar vereador ou virar deputado para prejudicar alguém. Eu jamais vou fazer isso. Então, se quiser me prejudicar, não faça pelas costas. Faça pela frente, use a tribuna, use a palavra, venha me questionar e venha falar comigo.

Não percam tempo com conversinha fiada, não. Não brinquem comigo, porque eu respeito cada um aqui. Quando eu subo aqui ou faço algum tipo de ação, é para falar do sistema, não é para fala de algum tipo de político, não. É para falar da política e do sistema.

E para falar do sistema e da política, com todo o respeito até o mérito dele, mas não pode uma situação dessa, de o procurador do Ministério Público causar uma situação dessa. Até acredito, não estou aqui desmerecendo o trabalho dele, não. Até porque ele é concursado, é mérito dele. Mas ele vir falar o que falou, que o salário não dá para ele viver? A gente tem que falar com ele que tem muita gente que vive com o salário mínimo. A questão da reforma da Previdência, que falou que quem quebrou o País foi trabalhador; o que quebrou a Previdência foram situações como essa.

Então eu peguei uma parte do trecho em que ele fala, que eu queria colocar para vocês, e deixar bem claro: quando você vai para algum concurso público, você não é convocado, não; você não é obrigado a ir, não. Você vai porque quer. Se você não está satisfeito com o salário que tem, vá para iniciativa privada; vá ganhar R\$100.000,00, R\$50.000,00, R\$80.000,00, R\$1.000.000,00.

Agora, se você não está satisfeito, é como eu aqui. Se eu não estiver satisfeito com o trabalho que estou fazendo, em que eu estou sendo bem remunerado, e muito bem remunerado... E outra coisa, gente, recebendo em dia. Por isso é que eu sou a favor, às vezes, de algumas situações do regime de recuperação fiscal. Por quê? Para congelar orçamento. É preciso congelar orçamento. A gente está falando do Estado quebrado, não tem como continuar do jeito que está, não. O Estado está quebrado, alguma medida tem que ser tomada. Não tem como você estar lá na sua casa...

Eles falam que eu sou muito populista; eu não vou ser técnico, não. Se ser populista é falar a verdade, eu sou populista. Você está na sua casa, você tem uma renda de R\$10.000,00; no final de semana, você come churrasco, e come churrasco. Se sua renda caiu para R\$3.000,00, não tem como você continuar comendo churrasco todo final de semana, não. Alguma coisa você vai ter que fazer. É igual aqui em Minas Gerais. Medidas têm que ser tomadas, gente. E medidas que venham a ser tomadas para quem quebrou o Estado. Têm que vir dos Poderes: Judiciário, Executivo, Legislativo. Têm que sair é daqui, não podem sair do povo mais, não.

Aí ele vem falar uma asneira dessa, gente, com todo o respeito a V. Exa. Mas vamos escutar. (– Aproxima o celular do microfone.) Gente, como é que ele vai fazer para viver com R\$24.000,00? Como é que um professor, que ganha R\$1.500,00, R\$1.800,00, R\$2.000,00, consegue viver? Primeiro, se você quiser fazer filho, não é obrigado a fazer filho, não. Encapa o negócio lá, que você não vai fazer filho, não. Isso é desculpa esfarrapada. Você está entendendo? Agora vir falar que, com R\$24.000,00, não dá para viver? Eu vou convidar você para ir trabalhar lá no varejão do meu pai, que a gente trabalha lá, vende verdura, vende batata. Lá é um salário mínimo, no máximo dois salários. E o pessoal consegue viver. Vocês estão entendendo? O problema que aconteceu no nosso país é dar poder demais. Deu-se muito poder, não precisava dar tanto poder assim, não. E o mais bonito do poder: na hora que você usa o poder, que você tem o poder, é você servir, é você usar para servir à população. Então são servidores, você está aqui para servir.

E como eu falei, se V. Exa. não está satisfeito com R\$24.000,00, você não foi convocado, você não foi obrigado, foi só um concurso que você fez, mérito seu. Parabéns. Mas, se R\$24.000,00 não servem, vá para a iniciativa privada, pode ir para a iniciativa privada, não tem problema nenhum. Agora, que o Estado e o País precisam passar por uma reforma urgente, precisam. E é nos três Poderes. É daqui que tem que sair a reforma mesmo, gente. Não pode o Estado estar quebrado e continuar do jeito que está. Alguma medida tem que ser tomada. O que não pode é fazer congelamento de salário de professor, congelamento de salário de servidor. Aí que não pode, porque a culpa não foi deles, não. Será que foram os R\$1.800,00 que quebraram a Previdência, ou foram os salários de R\$24.000,00, R\$34.000,00, R\$80.000,00, R\$100.000,00, R\$150.000,00 que quebraram essa tal da Previdência? Vamos ser mais justos. Com um governo justo, o povo se alegra. Isso é que é preciso.

O que precisa de os governantes urgentemente terem é justiça, serem justos. Esse Estado precisa urgentemente passar por uma reforma. Tem que ser feita, porque não pode continuar do jeito que está. Se esse regime de recuperação fiscal vir para a Casa para congelar salário... Sou até a favor de diminuir, se quiser diminuir não tem problema. E antes de falar que sou demagogo, que sou hipócrita, não estou nem aí. Gente, eu tenho serviço, trabalho no varejão, vendo verdura com muito orgulho desde pequeno. Meu pai está agora no Ceasa, e se precisar voltar para o Ceasa, volto de cabeça erguida. Isso aqui para mim é passagem, eu estou, eu não sou. Então, fica o recado para esse servidor, essa S. Exa. maravilhoso: “Se R\$24.000,00 não servem para V. Exa, então peça para sair e vá para a iniciativa privada”.

Outra coisa que eu queria falar, e falei na minha campanha... Gente, quero mostrar para os deputados que não estou aqui perseguindo Assembleia nem deputado, não. Eu estou aqui para criticar, reivindicar e questionar o sistema. E o sistema é covarde, e vou continuar. Como o sistema é covarde, e eu falei na minha campanha que ia fazer da política um *Big Brother*, eu queria chamar a atenção da população brasileira, de Minas Gerais e do Brasil, porque estão querendo aumentar imposto. Estão querendo aumentar imposto. No governo passado, o Pimentel aumentou o ICMS para 27%, e parece que agora o automático, o natural, vai cair para 25% no ano que vem. Se diminuir para 25% vão diminuir os impostos.

Mas chegou um projeto nesta Casa para a gente votar, de iniciativa do governador, e quero chamar a atenção. Porque foi um governador que eu apoiei, e não tem político de estimação, não sou cegueira, estou aqui para cobrar. Porque o Partido Novo fala do liberalismo, que reduzir imposto é excelente, e vai aumentar imposto? Vai aumentar mais imposto? Quer dizer que no liberalismo quem paga a conta no final é o consumidor? Então, não vou ser muito técnico, vou ser mais populista. Gente, o que acontece é o seguinte: está 27%, mas, se esse projeto passar, vão continuar os 27%. Em janeiro deste ano poderia ter caído para 25%. Então, se continuar 27%, vai aumentar. Se você gosta de beber uma cerveja no final de semana, sua cerveja vai aumentar. Quem gosta de pitar um cigarrinho, seu cigarro vai aumentar. Refrigerante, bebidas, perfumes, água de colônia, cosméticos. A moral da história é que, na hora de fazer a compra no supermercado, sua compra vai aumentar. Onde está o liberalismo, que fala... Se você fica dando obrigação demais para o privado, quem paga a conta no final é o povo. Então, se continuar com aumento, com imposto maior, quem vai pagar a conta é o povo. Não pode, não.

Então, vim aqui para gritar. Se não havia um deputado antes para poder gritar, quero pedir a todos os deputados que representam o povo que fiquem ao lado do povo, que sejam populistas e não deixem aumentar imposto.

Lá no Congresso também, o Sr. Paulo Guedes está querendo voltar com a CPMF. Com a CPMF, para vocês entenderem, se você for ao banco retirar um dinheiro, porque você está apertado, eles vão roubar seu dinheiro. Então, não pode mais aumentar imposto. Faz uma reforma da Previdência porque o País está para quebrar, então, por que a população tem que pagar a conta? Quem tem que pagar a conta é o político. Quem quebrou o País não foi a população, foi o político. Não foi o povo. Então, lá no Congresso, no dia que vocês ficarem sabendo, e eu espero que os deputados federais mineiros, da nossa bancada maravilhosa, não deixem essa situação chegar lá. A CPMF vai voltar. Não deixem voltar, não vamos mais aumentar imposto. Não tem mais que aumentar imposto, não.

O meu pai tem um varejão, e quando ele faz promoção, no domingo, é o dia que vende melhor, o dia em que faz promoção, porque reduz os preços. Então, tenho certeza de que na hora em que a gente reduzir os impostos em Minas Gerais e no Brasil, a gente vai ter mais empresário e vai gerar mais emprego. Vamos parar de tratar empresário como se fosse bandido. Empresário é gerador de emprego. Meu pai tem 40 anos de trabalho, ele é empresário, está lá no Ceasa trabalhando. Quer dizer, ele também é trabalhador. Vamos parar de tratar... Quem vai gerar emprego nesse país aqui não é político, não. Quem vai gerar emprego é o empresário. Por isso a gente tem que valorizar o empresário, porque, valorizando o empresário, a gente valoriza o trabalhador. A balança tem que ser igual. O empresário não é bandido, e muito menos trabalhador é escravo. Então vamos reduzir imposto.

Eu vou ficar nesta Casa aqui igual a um carrapato para que não passe esse projeto. Se na legislatura passada passou, eu acredito que nesta não vai passar.

Concedo aparte ao deputado Gustavo Valadares. Fique à vontade, Gustavo.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Obrigado. Cleitinho, você tem sido uma boa surpresa para mim nesta Casa. Cada um com seu estilo. Somos 77, e não adianta querer que eu tenha o seu estilo porque não conseguirei, até porque eu não consigo vestir a camisa do América, apesar de simpatizar um pouco, a minha é outra. Mas você tem sido para mim uma grata surpresa, e criamos uma boa relação.

Mas eu vou me permitir discordar no que diz respeito à questão do Fundo de Erradicação da Pobreza, que é esse projeto dos 2% – de 25% para 27% – de alguns produtos. Não há majoração ao aumento de impostos quando nós estamos tratando desse projeto. Mais do que isso: esse projeto, esse fundo existe e foi criado por uma lei em 2011, ainda no governo Anastasia. Você pode dizer: “Ah, mas era seu político, era do seu partido”. Naquela época, votamos a favor para a criação desse fundo, que tinha o seu prazo de validade vencendo em 2015. Naquela época, o governador Fernando Pimentel encaminhou um projeto para que se mantivesse esse fundo, para que se mantivessem esses impostos e essa majoração de 2% – que, na verdade, havia sido feita em 2011, de 25% para 27% de alguns produtos –, para que se mantivesse esse fundo de erradicação da pobreza.

O que você quer fazer agora é exatamente a mesma coisa, é estender por mais – se não me engano – seis anos a manutenção daquilo que já é hoje o imposto cobrado sobre cerveja sem álcool e bebidas alcoólicas, cigarros, armas, refrigerantes, bebidas isotônicas, energéticas, rações, perfumes, água de colônia, telefones celulares, alimentos para atletas, câmaras fotográficas, equipamentos para festa esportiva. Isso era algo que já existia. Por que não tratar da redução de impostos? Eu sou um defensor da redução de impostos. Concordo plenamente. É que o momento não nos permite. A situação fiscal e financeira do Estado é horrível. V. Exa. falou isso agora há pouco, logo no início do seu pronunciamento. Única e exclusivamente por essa razão, eu não defendo aqui, agora, a redução dos 27% para os 25%. Por que da manutenção? Para mantermos o Fundo de Erradicação da Pobreza e porque o Estado não conseguirá manter o seu trabalho social, em especial de erradicação da pobreza, sem os R\$600.000.000,00 a R\$800.000.000,00 que se arrecada com esse projeto todo ano. Então, por essa razão, eu vou me permitir discordar e trouxe esses argumentos.

Quero acreditar que ainda nesta atual gestão do governo estadual, que se estenderá por mais três, nós tenhamos a oportunidade de ter um estado sanável financeiramente, para podermos trabalhar a redução de imposto. Obrigado pelo aparte.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Gustavo, eu que agradeço. Você sabe do respeito que eu tenho por V. Exa. Podem passar algumas distorções aqui, mas é uma opinião que eu tenho. Você mesmo falou que não era o momento. E também não era o momento de dar jetom para secretário. Era para reduzir, e esta Casa aumentou. Então, se a gente está passando por um momento difícil, quebrado, a gente deveria estar cortando o gasto, e não aumentando. Aí é que está a moral da questão de imposto, João Vítor, já que também não vai reduzir, vai manter do jeito que está. E, do jeito que está, as empresas estão saindo de Minas Gerais. Fique à vontade.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Deputado Cleitinho, quero cumprimentá-lo pela sua fala e dizer que eu compactuo com o que disse V. Exa. Eu quero deixar clara aqui a minha posição. Sou radicalmente contra a volta da CPMF em Brasília. Conversei hoje com o deputado do nosso partido, Daniel Coelho, líder do partido no Congresso. O partido já se manifestou, por unanimidade da bancada, contra a volta da CPMF, o que muito me alegra. Sou contra a volta da CPMF e sou contra qualquer mudança tributária que venha piorar a situação do contribuinte aqui.

A gente ter coerência na vida pública é muito bom porque a gente não precisa de adaptação de discurso, de acordo com o governo. Eu votei contra o aumento de imposto no final do governo Anastasia, quando eu era do partido dele. Eu votei contra o aumento de imposto no governo do Pimentel, quando eu era oposição, e, no atual governo, quando me considero um deputado independente, sou contra também. Tudo que o Brasil não precisa no momento é de aumento de imposto. Então fui contra no passado, quando eu era governo. Fui contra no passado, quando eu era oposição, e continuo contra o aumento de imposto agora.

V. Exa. está de parabéns nessa luta! Seremos parceiros nessa luta. Mineiro não aguenta mais...

Para encerrar, deputado, mineiro não aguenta mais pagar R\$0,01 de imposto. Por isso é bom ter coerência, pois a gente não precisa ter discurso adaptativo a cada governo.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado – Obrigado, presidente. Gostaria de aproveitar as discussões anteriores nesta Tribuna. Falou-se muito aqui da questão dos impostos.

Quero deixar claro aqui tanto o compromisso que eu fiz em todas as minhas campanhas, bem como do deputado federal Weliton Prado, que foi deputado por dois mandatos consecutivos nesta Casa. Temos um compromisso público – inclusive, registrado em cartório – feito com toda a sociedade. Independentemente dos governos, nós lutamos em favor dos que mais precisam e contra, inclusive, os aumentos de impostos e criação de taxas.

Por exemplo, no governo passado, votei aqui contra o aumento do imposto que incide sobre os combustíveis. Da mesma forma, quando fui deputado federal, em relação à energia elétrica. Participei da CPI que investigou a cobrança de R\$9.000.000,00 a

mais nas contas de luz de todos os consumidores do Brasil, inclusive, aqui, de Minas Gerais. Houve um reconhecimento de um erro da metodologia do cálculo tarifário, mas, até hoje, não houve essa devolução aos consumidores.

Agora estamos comemorando os 29 anos do Código de Defesa do Consumidor, que é de 1990. Então, acho que é uma questão interessante até para fazer toda essa discussão, à luz do Código de Defesa do Consumidor. Foi discutido aqui e vamos discutir ainda mais nesse processo. A intenção do governo do Estado é privatizar a Cemig. Lembrando que já houve no Brasil um processo de privatização nos anos de 1990, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, e o resultado foi o seguinte: aumento vertiginoso da inflação, aumento das tarifas de energia elétrica, redução da qualidade do serviço, em todos os estados onde houve esse processo de privatização.

E por que isso ocorre? Porque nós vivemos num Estado onde o nosso sistema econômico e todas as estruturas são voltadas à lógica do capital. É um sistema capitalista que almeja o lucro acima de tudo. Não vou fazer juízo de valor – porque também não dá tempo – se é o melhor sistema, o pior, se é bom ou se é ruim, mas é a nossa realidade. Então, nessa relação de consumo onde, de um lado, você tem os consumidores e, de outro lado, os fornecedores de serviços ou de mercadorias e produtos, você tem um desequilíbrio muito grande. Por isso, o consumidor é a parte mais fraca nessa relação de consumo. Nessa área do setor elétrico é um absurdo. E a gente defende o interesse público dos consumidores acima de tudo.

Se você observar o que ocorre no mundo... Tenho dados aqui do Dieese. Por exemplo, a China responde por 27% de toda a capacidade mundial instalada de produção de energia elétrica, através dos sistemas das hidrelétricas. O mesmo ocorre com o 2º país com maior capacidade instalada, os Estados Unidos: 73% das hidrelétricas pertencem a órgãos ou empresas públicas. Canadá e Noruega, onde predominam a fonte hidrelétrica, a participação do setor público chega a alcançar 90%. E, na Índia, 93%. Porque eles sabem que isso é estratégico, isso é patrimônio do povo.

E o governo do Estado de Minas quer vender a Cemig a preço de banana. A exemplo do que já ocorreu no País, em outros estados e no mundo inclusive, muitos países, como a Inglaterra e outros estão revendo esses processos para poderem retomar essas empresas para o controle público, porque o que ocorreu nesses lugares foi mais precarização, demissões, aumento da conta de luz e falta de controle. Se hoje nós temos algum controle público ainda é porque essas empresas estão vinculadas aos estados, ao setor público.

O que temos de fazer é, a partir do que nós temos, combater injustiças, lutar por redução de tarifa, melhorar a qualidade do serviço, mas não fazer entrega. Porque, aí, as empresas não vão ter mais nenhum compromisso com a nossa sociedade. Por exemplo – só para terminar –, aquela comunidade mais distante ou aquela pessoa que está na zona rural, o pequeno produtor. Você acha que a empresa vai ter algum interesse, já que ela não vai ter lucro ao levar energia elétrica até lá? Não vai. Da mesma forma, o fornecimento, a distribuição de água a serviço do saneamento.

Muitos prefeitos de Minas Gerais, inclusive, de pequenos municípios, já estão preocupados com a possível privatização da Copasa, porque são municípios que podem ficar sem atendimento, porque não seriam lucrativos e de interesse de uma possível empresa privada nesse setor de saneamento de operar o serviço ali em centenas de localidades.

Então, fica esse alerta. O tempo é curto. Mas vamos discutir hoje na Comissão de Defesa do Consumidor os 29 anos do código. A gente não pode abandonar essa luta para não haver retrocesso no País, bem como em Minas Gerais também. Obrigado.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero lhe agradecer, presidente, a oportunidade de podermos, mais uma vez, da tribuna, responder à sociedade, principalmente neste momento em que o debate começa a se acalorar, esquentar um pouco na Casa, e cada um começa a se posicionar.

Quero aqui registrar a nossa fala ontem que provocou esta oportunidade em que o deputado líder do bloco do governo, o deputado Gustavo Valadares, veio tentar defender o quase indefensável governo. Até então, deputada Bia, nem o PSDB que se apoderou deste governo o tem defendido e se posicionado. Ele falou da alegria de estar novamente nesta tribuna, depois de tanto

tempo. Aliás, é disso que a gente se lembra nos últimos momentos em que os deputados do PSDB subiam aqui; eles subiam para atacar o então candidato Zema, e o deputado Betão chamou o governo federal de estelionatário; e a gente pode chamar o governador disso também porque ele parece ser um estelionatário já que, ainda na campanha, propunha várias ações do seu Partido Novo, e, desde que assumiu o governo, vem contradizendo muitas das ações na prática.

Mas quero aqui lembrar que o deputado à época subia neste Plenário para atacar o então candidato Zema, criticando-o por várias ações. E, naquele momento, a população mineira – mais de 70% da população – rejeitou o PSDB no 2º turno, dando ao Partido Novo do então candidato e hoje governador Zema a oportunidade de governar Minas Gerais. E aí a gente começa a ter a oportunidade de comparar, de avaliar as situações e os momentos em que governamos Minas Gerais, e, obviamente, vamos ter várias opiniões, mas os dados não mentem, os fatos estão aí para a gente não só avaliar, mas também ver mesmo, e os números comprovam isso.

Sobre aquilo que a gente tentou comparar ontem, ao comentar o que o governador Zema vem copiando do governo passado – e o deputado Gustavo Valadares quis dizer, entre aspas, “o pior governador” –, eu estou achando é que ele estava querendo – mas não consegue – lembrar-se do Aécio. Talvez o melhor então seja o ex-governador Aécio Neves, que o PSDB esconde junto às malas de dinheiro que apareceram. Contudo, até então, não se consegue prender o ex-governador Aécio Neves. Eles tentam escondê-lo de todo jeito. Talvez o estejam escondendo junto ao Queiroz, se pudermos fazer uma comparação, porque a polícia não consegue cumprir com a sua obrigação, e a Justiça não consegue terminar o processo que está claro, provado, e que o PSDB esconde a todo momento.

É triste ter de fazer essas comparações, mas há essas lembranças. Esse, sim, foi um dos piores governos, que enganou a população e foi rejeitado depois de 12 anos do chamado choque de gestão. A deputada Bia vai se lembrar muito bem desse período do choque de gestão, que não dialogava com os sindicatos, que rejeitou a educação e a sucateou em Minas Gerais; que sucateou o Estado, quebrou o Estado de Minas Gerais e, desde o ano de 2013, começou a fazer aportes extras. Isso que o deputado anteriormente aqui tentou dizer que o governador Pimentel fez no governo, tentando corrigir os erros do déficit do que o chamado choque de gestão provocou em Minas Gerais, na verdade, aconteceu na época de Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, que quebraram o Estado. Na época dos governos Lula e Dilma, em que tínhamos avanços no país e recursos em Minas Gerais, em que era um momento de se pensar uma ação e um projeto para equilibrar as contas de Minas, eles escondiam o déficit fiscal com o chamado choque de gestão. Entregaram o governo em 2014, e, em 2015, o governador Pimentel assumiu com um déficit de mais de R\$7.000.000.000,00. As tentativas de implementar ações para melhorar a economia de Minas estão tendo impacto agora; disso, ele não aceita falar.

Com relação ao que falamos na tribuna ontem: que os impactos de 10% de melhoria na arrecadação estão dando uma condição melhor para o governador Zema; que há melhoria dos resultados na segurança pública; que o governador vem soltando elogios e propagandas a todo momento, ele não tem coragem de vir aqui dizer quem implementou. Da melhoria da economia, da arrecadação, da melhoria dos índices de segurança, da geração de emprego, disso, ele não fala. Ele consegue dizer as benesses e os bons resultados nesse primeiro semestre em Minas Gerais, mas quem implementou, qual governador teve a coragem, a ousadia de implementar isso nos últimos anos, ele não tem coragem de dizer. Talvez ele não tenha coragem e não queira lembrar-se de que o governo à época – finalzinho do Anastasia e do governador Alberto Pinto Coelho – meteu a mão no Funpemp, acabou com o fundo de previdência dos servidores, com mais de R\$4.000.000.000,00, e depois anulou vários empenhos. Estamos falando num total de quase R\$5.000.000.000,00, que foram aportes extras do governo federal para eles conseguirem fechar as contas, senão não fechavam naquele momento, meu nobre amigo, colega Gustavo Valadares.

Então, temos de lembrar a forma como eles meteram a mão no dinheiro do servidor, como acabaram com o Funpemp para poderem fechar as contas e, mesmo assim, entregaram um governo com déficit de mais de R\$7.000.000.000,00. Esse foi o governo maravilhoso que o PSDB deixou para Minas Gerais; e continua escondendo o ex-governador, hoje deputado federal, que não deu conta nem de fazer campanha direito, Aécio Neve, que não tem coragem de relembrar o período. Obviamente, vão-se esconder nos investimentos que Minas teve à época do governo do presidente Lula. Isso, também não têm coragem de falar. São muito bons em

marketing para se apropriarem de ações dos outros. Foi assim no governo que fizeram, apropriando-se dos investimentos do governo Lula em Minas Gerais, e tem sido agora ao se apropriarem no governo Zema. Os dados, os resultados, os investimentos e ações que promovemos nos últimos anos estão tendo impactos e resultados agora.

Concedo aparte à companheira deputada Bia.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte)* – Obrigada, deputado Ulysses Gomes. Quero, de forma pedagógica e didática, trazer duas explicações. A primeira diz respeito à questão orçamentária da educação. Nesse caso, sim, é responsabilidade do governador Zema no que se refere à execução do orçamento da educação em 2019. Temos um fundo para a manutenção e desenvolvimento do ensino; então são recursos vinculados para os quais a Constituição Federal diz: “olhem, 25% desses impostos arrecadados, obrigatoriamente, devem ser investidos em educação – 25%”. De forma didática, então: daquilo que entra no caixa, que entra no bolso, 25% daquele recurso que entrou, que o Estado efetivamente arrecadou tem de ser investido em educação. Não é uma ficção, não é uma possibilidade nem uma previsão. Efetivamente, considerando o que entrou de dinheiro nos cofres do Estado, 25% daqueles impostos precisam ser aplicados em educação.

Então, por isso, deputado Ulisses, a responsabilidade, em 2019, é, sim, do governador Romeu Zema, ao não investir, do que ele arrecadou, os 25%. Ele deveria investir 25% no primeiro semestre, mas investiu 17,45%. E, numa comparação, porque a gente está no dia das comparações, Romeu Zema conseguiu ser pior do que o período Aécio Neves, porque, da série histórica – e série histórica é quando a gente pega um período – dos últimos 16 anos, o investimento em educação foi o pior, no primeiro semestre de 2019. Então, neste caso, sim, é uma responsabilidade exclusiva do governador Romeu Zema, não investir o mínimo constitucional do que arrecada neste ano de 2019.

Qual é a consequência disso? A consequência é o parcelamento do salário. A consequência é o parcelamento do décimo terceiro em mais vezes do que o das demais categorias – porque tem recurso vinculado. A consequência são 80 mil crianças fora da educação integral no primeiro semestre. A consequência são 60 alunos numa sala de aula do ensino médio. A consequência é proibir o curso profissionalizante na Escola Estadual Renato Azeredo ou Simão da Cunha, em Betim. A consequência é não possibilitar que 80 jovens estudem à noite, na Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual Juscelino Kubitschek, em Betim. Essa é a consequência na vida prática. Então eu espero, de forma didática, ter explicado por que a gente insiste nos 25% e por que eles são importantes, para não chegarmos no final do ano e fazerem aquela maquiagem. Empenham... Empenhar, para a população compreender, significa que o dinheiro não chegou à escola, não chegou ao salário da professora, não chegou à alimentação escolar. Então, espero didaticamente ter explicado o que significam os 25% e a sua importância para a educação.

A segunda coisa, rapidamente – deputado, me permita –, é explicar a luta pelo piso salarial profissional nacional. Se nós formos identificar os governadores que lutaram contra o piso, a nossa memória primeiro remonta ao governador Aécio Neves, porque remonta a 2008, porque a lei federal do piso, a Lei nº 11.738, de 2008, deu aos estados e municípios dois anos para se organizarem de forma a cumprirem a legislação e pagarem um piso que era mínimo. Piso. Mínimo. Não era teto.

Em 2010, o governo não havia se organizado para o pagamento desse piso e a demanda havia sido judicializada, e em outro *status*, com o apoio do governo de Minas, à época, para considerar inconstitucional o piso salarial da professora. Perderam essa discussão no STF em 2011. Abril de 2011. Naquele momento, o governador, Antonio Anastasia, havia aprovado uma lei nesta Casa instituindo o subsídio como forma de remuneração. O subsídio era: teto! Nós estávamos discutindo: piso! Espero estar sendo didaticamente correta. Espero que as pessoas estejam compreendendo a diferença entre o teto e o piso, que é o mínimo.

Em 2011, houve uma greve de 112 dias. Por quê? Porque, naquela oportunidade, o governador não aceitava pagar o piso, mas queria o subsídio, que significava o fim do quinquênio, do biênio, do trintenário, da gratificação de pós-graduação, da gratificação de regência das professoras. Nenhuma outra gratificação poderia ser acumulada com o subsídio, porque essa é a forma de remuneração em parcela única.

Depois de 112 dias de greve, um secretário de Estado chamado Danilo de Castro, em nome do governador à época, assinou um acordo em que, sim, faria o pagamento do piso salarial profissional nacional como piso. Vencimento básico. Nesse mesmo período, a maioria da categoria pôde fazer opção remuneratória entre o vencimento básico e o subsídio. A maioria optou pelo: vencimento básico!

Quando chegou novembro, o governo, desconsiderando... É por isso que a assinatura do Danilo de Castro foi considerada um risco n'água, à época, porque não valeu de nada, não teve valor nenhum político. Ele não honrou o que assinou e impôs, em votação aqui nesta Casa, o subsídio como forma de remuneração.

O curioso é que isso só foi imposto à educação. O policial militar não receberia por subsídio, os trabalhadores da Secretaria da Fazenda não receberiam por subsídio. E nós nos perguntávamos por que e nós mesmos respondíamos à época: porque, se o subsídio fosse bom, ele teria sido proposto para toda a categoria. O subsídio significou um congelamento da carreira, no que se refere às promoções por cinco anos; significou zerar o tempo de trabalho das pessoas para as progressões – havia gente para quem faltava um mês para a sua progressão, e zerou o tempo; o subsídio fez com que a professora que estava quase se aposentando, estava lá na letra M, P... Porque a nossa carreira é o alfabeto inteiro, não é? Não sei se é porque nós somos professoras, mas é o alfabeto inteiro. Ai pegaram a professora que estava lá na letra P e a trouxeram para a letra A. Por isso hoje você encontra tantas professoras aposentadas na letra A, que é o início da carreira. Você não encontra isso em outras categorias profissionais.

Quando chegou 2015, nós conseguimos acabar com o subsídio, voltar com o vencimento básico como forma de remuneração e poderíamos acumular outros benefícios e vantagens, pois foi um projeto de lei votado aqui, na Assembleia Legislativa, e um planejamento para se chegar ao Piso Salarial Profissional Nacional. Parte desse planejamento foi cumprida, parte não foi cumprida. O que nós queremos agora é: primeiro, há um reajuste do piso salarial, que o Ministério da Educação define anualmente – e este ano foi definido –, que é de responsabilidade do governador do Estado. Se, em 2019, o governador for o Romeu Zema – imagino que seja –, é ele o responsável por esse reajuste, não é outro governador. E de fato há pendências que precisam ser resolvidas. Então é fundamental.

De fato este governo não começou no dia 1º de janeiro, mas o governo governa um estado que tem a sua vida antes dele, que tem uma Constituição do Estado e que tem milhares de profissionais da educação. E, na campanha, o governador Romeu Zema se comprometeu a cumprir o Piso Salarial Profissional Nacional. Lembro-me de que ele encaminhou o documento ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação assumindo compromissos em relação às reivindicações da categoria. O que nós queremos é um processo de negociação; que planeje e que discuta. Ignorar a realidade não fará com que ela desapareça. Nós queremos que o governador Romeu Zema discuta a receita, não a despesa.

Olhe para a escola, lá em Itajubá, Ulysses. Você vai cortar o que da escola? Professora, água, a cantina? Olhe para o posto de saúde ou para o hospital. Você vai cortar o quê? Soro, seringa? Olhe para a delegacia. Você vai cortar o quê?

O deputado Ulysses Gomes* – E já está faltando. Cortaram tudo.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte)* – Você vai cortar o policial civil? Você vai cortar a gasolina do carro da polícia? Olhe para a cidade. Qual é o trecho da rua que vai ficar sem ser asfaltado? Porque, quando a gente discute pela despesa, nós estamos discutindo é isso, é o que será cortado. Então olhe nos equipamentos públicos, e vamos discutir o que ainda é possível cortar. A gente enxerga alguma coisa para ser cortada na escola? Então o caminho está errado. Não é pela despesa que a gente vai resolver os problemas de Minas Gerais.

Mas eu não vi ainda ninguém discutir as isenções de receita própria, porque Minas Gerais renuncia de receita própria, fora a Lei Kandir, quase ou mais da metade de todo o investimento em educação do Estado. Não era hora de a gente rever isso?

O deputado Ulysses Gomes* – Com certeza.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte)* – Não era hora de que quem tem mais pague proporcionalmente mais, e o povo, que tem menos, talvez pague menos eu nem pague impostos? Porque a discussão da reforma tributária também é de acordo com a conveniência. Quem tem a moto paga o seu IPVA, mas o iate e o helicóptero não pagam. E é do iate e do helicóptero que nós temos que tirar o dinheiro para fortalecer a educação pública, não é da moto. É essa inversão que eu acho que precisa ser feita, e eu não tenho dúvida de que a população quer debater pela receita, e não pela despesa, porque, pela despesa, quem vai pagar a conta é o povo brasileiro.

Eu espero ter conseguido trazer à memória o que foi a nossa luta pelo piso salarial, que transcende governos, porque a educação precisa ser uma política de Estado. Mas nos marcaram profundamente o subsídio, a retirada do quinquênio, do biênio, do trintenário da professora aposentada, direitos que existiam e que nos foram muito caros, porque nós não conseguimos resgatar no todo. Aquilo que foi feito conosco em 2011 foi criminoso, e a gente não conseguiu resgatar. A gente vai a escolas no Nordeste, que têm uma infraestrutura belíssima, e a gente se pergunta, em comparação com a infraestrutura das nossas escolas, o que aconteceu.

E eu lhe digo, deputado, o que aconteceu. No período em que o governo federal fazia investimentos magníficos, programa mais escola, Mais Educação, formação, mais creches, mais construção, que era o governo Lula, por uma disputa política, o governo Aécio Neves não fez a adesão a programas estruturais. Aqueles governadores que pensaram no povo fizeram a adesão a programas estruturais na educação, e hoje têm uma outra infraestrutura. Minas Gerais ficou parada no tempo, porque o governador Aécio Neves fez a política para si, e não a política para o povo mineiro. Essa é uma grande diferença em relação à infraestrutura das escolas que temos no Estado, escolas que funcionavam em hotel desativado, escolas que funcionavam em posto de gasolina, escolas que têm, como quadra ou lugar para esporte, um cimento batido. É assim a realidade de muitas das nossas escolas. E esse atraso estrutural nós pagamos por ele, por muito tempo. É uma geração que está pagando a conta do que aconteceu na educação pública, incluindo aí as professoras.

O deputado Ulysses Gomes* – Deputada Bia... Quería parabenizar V. Exa., merece palmas, porque me faz resgatar uma frase muito importante que o Che Guevara falava: “Um povo sem memória histórica é um povo sem coluna vertebral”. Há quem queira negar a história. E você aqui, Bia, trouxe toda a história de luta, de construção, fundamental para aqueles que querem negar ou não a conhecem, ou para aqueles que a viveram. E para aqueles que viveram essa história, não tem como ser negado o desafio, a luta que foi para enfrentar os governos que quebraram Minas Gerais ao longo de 12 anos, vendendo uma fantasia de um choque de gestão, e que hoje é tentado, ao longo desse processo, ser ignorado, ser esquecido.

Nós enfrentamos um desafio muito grande ao pegar o Estado de Minas Gerais quebrado – o desafio que a gente pegou, em quatro anos, no momento econômico e político desafiador da nossa história. Estamos do lado certo da história, e o tempo comprovará isso. E a nossa luta aqui será, a todo momento, defendendo esse legado, aquilo que construímos, e as conquistas que hoje, ao longo do tempo, vêm aparecendo e vêm tentando ser esquecidas e escondidas por este governo.

Muito obrigado, deputado. Se ainda permitir, um tempo para o deputado Gustavo.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Primeiro V. Exa. sabe o tanto que o respeito, assim como respeito a deputada Beatriz Cerqueira. Mas querer comparar governos com o último governo de V. Exas., do PT, seria uma covardia da minha parte, em qualquer área. Eu topo em qualquer área: segurança, saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento social. Vai falando aí. O que mais? Já falei segurança? Qualquer área. Marque o dia e a hora.

Inclusive V. Exa. tinha me falado que iria usar a tribuna no dia de amanhã para que eu aqui estivesse, para poder contrapor os seus argumentos.

O deputado Ulysses Gomes* – Mas aí a oportunidade apareceu, deputado. E V. Exa. está aqui, olhe que beleza!

O deputado Gustavo Valadares* – Cheguei correndo.

O deputado Ulysses Gomes* – Isso.

O deputado Gustavo Valadares* – Cheguei correndo, mas cheguei. Mas vamos lá, vamos falar de duas questões. Governos Aécio, de 2003 a 2010. Desconheço um governo do Estado que tenha feito tanto no Estado quanto aqueles governos em todas as áreas, em todas as áreas. Desconheço. E não me venha com essa conversa de que foi surfar na época do governo Lula, porque o governo Lula, em especial na área da segurança pública... Construimos inúmeros, quase uma centena de presídios e reformamos, sem que R\$0,01 do fundo penitenciário viesse ao nosso estado, única e exclusivamente por perseguição do PT ao PSDB àquela época.

O deputado Ulysses Gomes* – Não fale isso.

O deputado Gustavo Valadares* – Eu trago dados para comprovar.

O deputado Ulysses Gomes* – Não seja injusto. O presidente Lula, que tanto ajudou o governador Aécio.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Se V. Exa. fizesse isso no dia de amanhã, em vez de fazer agora, às pressas, eu o teria feito. Querer comparar governos é impossível. Segundo, o PSDB não esconde o ex-governador Aécio Neves. O ex-governador cumpre o seu mandato como deputado federal em Brasília. Recentemente, inclusive, ganhou de goleada do governador Dória, que quis expulsá-lo do partido a toque de caixa, e tomou de 28 a 4. Ninguém aqui esconde o ex-governador Aécio Neves. Ele está cumprindo o mandato de deputado federal em Brasília. Se fosse deputado estadual aqui estaria. Ninguém o esconde, não existe isso.

Mais do que isso, querer falar que nós deixamos um rombo no orçamento. Deputado Antonio Carlos Arantes, como é que se deixa um rombo de mais de R\$7.000.000.000,00 no orçamento se o governo do PT ou o desgoverno petista ainda teve condições de pagar o salário dos servidores em dia até um ano e meio depois do início da sua gestão? Quem é que pega um Estado quebrado e aguenta pagar salário em dia por mais um ano e meio? Quem criou esse rombo que hoje vivemos e sofremos por conta dele foi o desgoverno do pior governador que este estado já viu, chamado Fernando Pimentel, que, além de desconhecer a administração pública, foi irresponsável. Desde a escolha do seu secretariado, que nada sabia, nada conhecia, até mesmo da gestão do pouco dinheiro que ainda tinha no caixa.

Não discutam nem com este governo atual, nem com o atual, porque o atual governo está cumprindo, com seis meses de mandato, compromissos do governo de V. Exa., como o 13º salário do ano passado, que o seu ex-governador, o pior governador que este estado já viu, não pagou. Este governo de agora pagará, durante o exercício de 2019, 14 salários. São 14, porque pagará os 12 deste ano, mais o 13º salário deste ano, além do 13º salário do ano passado, que não foi pago pelo governo passado. E vocês ainda querem comparar governos? Em que área? Qual foi a marca do governo Pimentel positiva? Tragam uma, me tragam uma. Quer discutir educação? Vamos lá, na época do governo Aécio, discutir a estrutura das escolas estaduais, os prédios como estavam e como foram entregues. A situação das próprias professoras. Ou vocês acham que a gente não quis dar aumento porque não queria, porque não gostava de professor? Era porque não havia dinheiro. Fizemos aquilo que era possível fazer para não chegarmos ao ponto que vocês chegaram, de quebrar o Estado.

Querer comparar seria covardia da minha parte, eu não farei isso. Eu não farei isso. Não sei se V. Exa., ao longo do seu art. 70, não sei quanto tempo foi concedido, tratou da questão da Codemig. Tratou?

O deputado Ulysses Gomes* – Não, não deu tempo. Quando tiver mais tempo vou falar.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Então, está bem, não vou falar dela. Podemos falar amanhã. Mas, então, não vamos fazer essa comparação, não vamos, porque seria desumano e covarde da minha parte para com V. Exa. e com o seu partido. Mesmo. E V. Exa. sabe o quanto lhe gosto e lhe quero bem. Então, temos e vivemos realidades completamente diferentes. Minas viveu um bom tempo de 2003 a 2010, de 2010 a 2014, um péssimo e nebuloso tempo de 2015 até o final de 2018, e agora busca se

reestruturar. Não será do dia para a noite. E não será apenas com boas-novas, teremos medidas duras e amargas, mas tenho certeza de que o faremos. Qualquer que fosse o governo que lá estivesse, não sendo do PT e de Fernando Pimentel, estaria fazendo um governo melhor do que foi o de V. Exa.

Sabe o quanto lhe gosto, não é? Nada de pessoal na crítica nem no embate, sabe disso. E espero que possamos continuar a debater 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 – e por que não 2019? –, sempre que quiser. Estarei aqui presente, no Plenário. Estava com saudade da tribuna. Um abraço e muito obrigado.

O deputado Ulysses Gomes* – Com todo respeito ao deputado, e agradeço as palavras de respeito também, mas não deixa de ser muito injusto. Se a gente for lembrar de 2003, quando o governador então eleito Aécio Neves assumiu Minas Gerais, com uma folha de pagamento em atraso também, eles tinham que agradecer ao presidente Lula, desde aquele momento, quando ele transferiu dinheiro do governo federal e antecipou um acordo das estradas, da Cide, para resolver o problema de Minas Gerais.

Se não fosse aquela ajuda do Partido dos Trabalhadores, governado pelo nosso presidente Lula, ao governador Aécio, o problema de Minas seria maior ainda. Então, eles querem colar essa imagem que, infelizmente, a conjuntura econômica e política do momento nos impôs no período em que Minas Gerais foi governado por Fernando Pimentel. E hoje estamos vendo as medidas que foram adotadas e suas consequências, dando condições ao governador Zema... É só dizer para mim que esses resultados que estamos tendo em Minas Gerais devem ser resultado de todas as políticas implementadas pelo governador Zema e votadas nesta Casa. Quais? Que geram impacto de 10% de receita a mais no Estado? Que geram emprego nas empresas que foram acordadas e investidas, todas no governo passado, e que têm geração de emprego neste momento? Dos investimentos na segurança pública, dos impactos nos índices de queda de criminalidade em Minas Gerais, que tivemos ao longo dos últimos anos, e que tem um impacto significativo hoje, e que o governador fica alastrando a todo momento o que ele tem conseguido? Me mostre que ação foi implementada para colher os resultados que nós estamos colhendo hoje? Isso eles não querem falar.

O que fizeram em relação aos aumentos na folha de pagamento do governo Aécio e Anastasia, sobretudo do Anastasia, aumentando a folha de pagamento para dois anos seguintes, para que o governador Pimentel pagasse essa conta? Aumentando a folha de pagamento quase três vezes mais na segurança pública, apesar, sim, de os policiais merecerem o aumento? Mas quem pagou essa conta? Montaram uma bomba-relógio, que caiu no nosso governo. Conseguimos, sim, muitos avanços e nós vamos ter a oportunidade...

Presidente eu quero agradecer a coerência de V. Exa ao nos dar a oportunidade desse debate, a oportunidade de defender as ações que nós implementamos e os resultados que nós estamos colhendo do nosso governo, ao longo dos últimos anos, comparando o passado que deixaram para a gente e a realidade de hoje – que estão querendo esconder –, fruto de muitas ações implementadas no nosso governo.

Fica aqui registrada a oportunidade desse bom debate, que vamos avançar nos próximos... Quem sabe amanhã? Já convido quem tiver a oportunidade para a gente pautar ação por ação, investimento por investimento e resultado por resultado, referentes aos que estamos colhendo aqui, de quem efetivamente plantou e merece o reconhecimento.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/9/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Lorena Luiza Chagas Lemos, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;
nomeando Wagner Xavier de Oliveira, padrão VL-12, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Braulio Braz.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 60/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 151/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/9/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATAS

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/8/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/9/2019, na pág. 20, nas assinaturas, onde se lê:

“Zé Guilherme, presidente – Carlos Henrique – Elismar Prado.”, leia-se:

“Zé Guilherme, presidente – Coronel Henrique – Elismar Prado.”.

ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/9/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/9/2019, na pág. 10, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 2.760/2019, onde se lê:

“pedido de substanciadas”, leia-se:

“pedido de informações substanciadas”.

E, no resumo do Requerimento nº 2.766/2019, onde se lê:

“pedido de sobre”, leia-se:

“pedido de informações sobre”.